

**DL-01****Ses. Esp. 09/11/11**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, convocada com a finalidade de discutir a adição da fécula de mandioca ao pão francês, proposta pelo nobre deputado Mário Negromonte Júnior.

Convido para compor a Mesa as seguintes personalidades: Sr. Deputado Mário Negromonte Júnior, proponente da sessão; Sr^a Deputada Maria del Carmen; Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Jairo Carneiro, ex-deputado federal; Sr. Superintendente da Secretaria da Agricultura, Raimundo Sampaio; Sr. Coordenador Executivo de Desenvolvimento Regional, Tiago Cavalcante, aqui representando o secretário de Desenvolvimento e Integração Regional, Wilson Brito; Sr. Joselito Mota, pesquisador da Embrapa; Sr. Diretor do Instituto Materno Infantil da Bahia, Dr. Sturaro; Sr. Gerente Estadual da Agricultura Familiar e Direito Sustentável do Banco do Brasil, Armando Soares; Sr. Presidente do Sindicato dos Panificadores, Mário Pithon; Sr. Edézio Duran, presidente da Associação de Padarias do Estado da Bahia.

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, precisarei ausentar-me, por isso, passarei a presidência dos trabalhos, inicialmente, à deputada Maria del Carmen. Ela concederá a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior, e em seguida ele assumirá o comando desta sessão.

Esta é uma Casa política, é a Casa das Leis, e aqui, geralmente, os projetos oriundos dos parlamentares são votados por consenso. Mas quando não chegamos a esse denominador comum, a decisão vai para o Plenário. O deputado Mário Negromonte Júnior, embora seja um parlamentar jovem, é atuante e já apresenta suas propostas. E foi o caso desse projeto interessante, polêmico, que será debatido nesta manhã.

A nossa ideia é votá-lo ainda este ano. Se houver consenso, poderá ser votado o mais rapidamente possível. Se não houver, deverá aguardar os trâmites normais, ou seja, passará pelas comissões temáticas envolvidas com o assunto, para posterior votação neste Plenário.



Esta Casa dará espaço aos que defendem e aos que são contra essa proposição, em sua originalidade; se necessário, poderão ocorrer mudanças. Esta Assembleia conta com 63 parlamentares de partidos diferentes, de ideias diferentes, de regiões diferentes, com ideologias diferentes, mas todos com o objetivo de servir à sociedade baiana.

Então o deputado Mário Negromonte terá todo o espaço para debater o seu projeto. Mas os que não pensam como ele também o terão. E já recebi algumas pessoas que são contrárias ao projeto. É óbvio que o proponente Júnior procurará convencê-los mostrando-lhes a viabilidade econômica e social desse projeto.

Enfim, todos terão direito ao contraditório. Se for um deputado, será nas sessões ordinárias, nas comissões temáticas ou nas outras que o assunto requer. Se for alguém da sociedade civil, como os representantes das associações, das panificadoras ou de qualquer sindicato envolvido, a oportunidade será nesta manhã, durante esta sessão especial, porque todos podem falar.

Ao pedir desculpas por minha ausência, ao mesmo tempo parabenizo o deputado Mário Negromonte pela iniciativa. Esta é a Casa das Leis no Estado da Bahia, constituída por forças heterogêneas, por pessoas que pensam diferente. Por isso, o debate é importante, já que permite a troca de ideias. Em um regime democrático, procuramos convencer as pessoas que pensam diferente de nós. E isso é feito com a apresentação de ideias e argumentos, principalmente, mostrando o interesse do cidadão que é o objetivo principal.

Portanto, inicialmente concedo a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior, autor do projeto, para fazer a sua explanação, mostrar a sua ideia, o seu projeto, o lado positivo desse projeto que, eu diria, é importante, polêmico. Acho que todos projetos importantes são e devem ser polêmicos, porque a unanimidade, dizem os estudiosos, é burra. No estado democrático de direito as pessoas podem e devem pensar diferente, mas com o objetivo comum de servir à sociedade.

Portanto concedo a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior pelo tempo que V.Ex^a achar conveniente.

Passo a Presidência dos Trabalhos à deputada Maria Del Carmen e depois o deputado Mário Negromonte preside a sessão até o final.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado.



2209-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Mário Negromonte Júnior

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Concedo a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Muito bom-dia Sr^a Presidenta desta sessão, eu gostaria de agradecer, inicialmente, a toda a Mesa Diretora em nome do presidente Marcelo Nilo por aceitar este nosso pedido de sessão especial no dia de hoje. Eu gostaria de cumprimentar o senhor chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, o ex-deputado federal e hoje secretário interino Jairo Carneiro; saudar o Sr. Raimundo Sampaio, superintendente da Secretaria da Agricultura, que representa muito bem hoje o governador do Estado aqui na nossa sessão; o Sr. Tiago Cavalcante, coordenador executivo da CAR, representando o secretário de Desenvolvimento e Integração Regional Wilson Brito; Sr. Joselito Mota, pesquisador da Embrapa, agradecer também pela presença; Dr. Sturaro, Diretor do Instituto Materno Infantil da Bahia, agradecer também pela presença; Sr. Armando Soares, gerente estadual da Agricultura Familiar e Direito Sustentável do Banco do Brasil; Sr. Mário Pithon, presidente do Sindicato dos Panificadores, e agradecer em seu nome a todos os representantes das panificadoras; agradecer também a presença do Sr. Edésio, presidente da APPB. Quero desculpar-me porque só faltou o nome de V.S^a para a saudação. Bom-dia a todos. Eu gostaria de abraçar todos que estão aqui, o deputado Aderbal Caldas, o deputado Álvaro Gomes, o deputado Luizinho Sobral, que já esteve aqui, e outros deputados que vão passar, estão me ligando, não puderam vir ainda por conta do trânsito que na nossa cidade está cada vez mais complicado, sobretudo em momentos de chuva.

Quero abraçar aqui alguns amigos, alguns companheiros, algumas pessoas que se fizeram registrar pelo Cerimonial. Está aqui Almeida Júnior, diretor da Secretaria da Agricultura; o Sr. Max Passos, presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas; o prefeito Humberto, de Chorrochó. Está aqui o Bule-Bule, essa figura ilustre que muito bem



representa lá o sertão. Honra-me muito V.Ex^a estar aqui, pois caminhou com o meu tio Adalto Pereira por muitos anos. Infelizmente, o meu tio, que defendeu muito a cultura da mandioca por muito tempo e a cultura do Sertão, não pôde estar aqui para participar conosco. Mas tenho a certeza de que, de onde ele estiver, vai estar nos mandando boas vibrações. Cumprimento todos os que estão aqui. Tenho certeza de que esse será um grande debate e uma grande sessão.

Este projeto, apresentado e trazido a esta Casa, visa, como muitos de vocês aqui sabem, à Adição da Fécula de Mandioca à Farinha de Trigo para a fabricação do pão e seus derivados.

(Lê) “A adição de fécula de mandioca à fabricação de pão e seus derivados, como se sabe, é tecnologia amplamente estudada e desenvolvida pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em especial pelas Unidades Agroindústria de Alimentos e de Mandioca e Fruticultura Tropical, em parceria com outros institutos de pesquisa. O objetivo do projeto que propus nessa Casa visa adicionar à farinha utilizada na fabricação do pão 10% de fécula de mandioca. Essa adição trata-se de uma substituição parcial. Testes realizados pela EMBRAPA balizaram esse percentual, conferindo ao pão produzido com a adição da fécula, as mesmas características do pãozinho tradicional.

O Brasil importa hoje, 80% do trigo que consome. São mais ou menos 8 milhões e meio de toneladas de farinha de trigo, o que representa uma sangria para a economia em 1 bilhão de dólares. O Estado da Bahia é um dos maiores produtores de mandioca do país - 3,4 milhões de toneladas em 2010 – ficando atrás do Pará e disputando com o Paraná a condição de segundo maior produtor. 'A aprovação desta Lei beneficiará a cadeia produtiva da mandioca, uma vez que haverá incremento na demanda da fécula. Nesse cenário, se faz importante analisar quais os possíveis impactos desta Lei para o agronegócio baiano - considerando-se aí incluída a agricultura familiar – e conseqüentemente para a sociedade como um todo.”

Lembramos, aqui, que temos 665 mil agricultores familiares na Bahia produzindo, dentre as cadeias produtivas, a mandiocultura. E este número representa o número um no



Brasil. Portanto temos o maior número de agricultores familiares produzindo no nosso Estado.

(Lê) “A demanda de farinha de trigo na Bahia é estimada, de forma conservadora, em cerca de 450 mil toneladas ano. Considerando a adição de 10% de fécula de mandioca em no mínimo 90% da farinha de trigo comercializada pelos estabelecimentos industriais pertencentes aos ramos da moagem e do beneficiamento de trigo, conforme preceitua o artigo 4º desta Lei, haverá uma demanda de fécula da ordem de 40,5 mil toneladas ano.

Essa demanda de fécula, por sua vez demandará 162 mil toneladas de mandioca. Desse modo, não haverá maiores problemas de oferta no Estado, até mesmo porque a produção de mandioca pode ser implementada, haja vista que no passado já houve produção superior a 4,5 milhões de toneladas. Além disso, a ampliação da demanda induzirá a inovações tecnológicas que incrementará a produção, caso seja necessário.

A mandioca na Bahia é produzida em sua grande maioria por produtores da agricultura familiar. Dessa forma, a adição da fécula à farinha de trigo trará impactos significativos do ponto de vista social. Com soluções próprias, nós podemos fortalecer a cadeia produtiva do nosso estado. É muito importante que esses benefícios sociais ocorram no país inteiro, mas nós deputados baianos, temos um compromisso primeiro com a nossa Bahia. O compromisso que cada parlamentar aqui tem é com o seu estado.”

Aí, faço uma pergunta: Quantos municípios que nós representamos aqui dependem da mandioca para sobreviver? Segundo dados, temos a mandioca presente nos 417 municípios do nosso Estado.

(Lê) “Temos a garantia de suporte técnico para a elevação dos níveis atuais de produtividade através de variedades e práticas de cultivo racionais, multiplicação rápida de materiais mais produtivos e resistentes às pragas e doenças, e adequadas a condições de baixa fertilidade do solo em regiões semiáridas, através das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e da assistência técnica a produtores disponibilizada pela EBDA e órgãos assistências vinculados à Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, incluindo a organização de associações e cooperativas.



O momento que a Bahia vive hoje sinaliza para a concretização desse projeto. Recentemente, duas indústrias de fécula de mandioca se instalaram no Estado. A Coopasub, em Vitória da Conquista, que teve aportado junto à Fundação Banco do Brasil”.

Portanto, um parceiro da mandiocultura.

(Lê) “O montante de 11 milhões de reais para a dinamização da mandiocultura na regido Sudoeste da Bahia e a Bahiamido S.A, que teve aportados junto à Fundação Odebrecht mais de 55 milhões de reais, em Laje, no Recôncavo Baiano. A primeira já funcionando e a segunda em fase de testes dos equipamentos. As duas juntas com capacidade para produção de 30.000 toneladas de fécula já em 2012, com previsão de chegar a 50.000 toneladas ano a partir de 2015.

Por outro lado, ocorrerá impacto na balança comercial do trigo. Substituindo 40,5 mil toneladas ano de farinha de trigo por fécula de mandioca, o Estado deixará de importar 54 mil toneladas ano de trigo — considerando que 75% do trigo processado são transformados em farinha e 25% em farelo. Desse modo, haverá uma economia de 22,68 milhões de dólares, uma vez que a tonelada de trigo importado chega aos moinhos ao preço de U\$\$ 420,00, segundo dados colocados através da Secretaria da Agricultura, da Embrapa e outros órgãos.

É preciso deixar claro que a obrigatoriedade resultará em benefícios à cadeia produtiva da mandioca, mas certamente, a melhor resposta acerca do assunto será dada pelo mercado, e não somente pela obrigatoriedade. Já existe uma prática no nosso país de se adicionar nos próprios moinhos de trigo a fécula da mandioca, mantendo o preço original do pão, quando o valor da matéria-prima se torna compensatório. Dessa forma, venho pedir aos excelentíssimos colegas, que, tendo em vista todos os benefícios gerados pela cadeia da mandioca, que analisem esse projeto com o olhar focado no desenvolvimento da agricultura baiana a partir de um produto que está disseminado em todo o nosso território, genuinamente nosso, brasileiro, baiano e historicamente comprovado como sendo o maior patrimônio alimentar do nosso país.”



Quero trazer ainda alguns dados que venham a reforçar esse projeto. Tive a grata satisfação de já ter o apoio de diversos deputados que são da zona rural, como eu, que vim ali de Paulo Afonso, que me criei nas casas de farinha de Paulo Afonso e de Glória. Vejo a dificuldade desse povo dali de baixo e que vive hoje na subsistência. Essa é minha maior motivação.

Tenho a certeza de que muitos aqui, a maioria dos deputados do interior da Bahia sabe da realidade da agricultura e sabe da sua potencialidade e, também, que é através dela que podemos ver nosso desenvolvimento econômico. Hoje geramos 220 mil empregos diretos e indiretos com essa produção da mandiocultura e podemos gerar, segundo dados da Secretaria da Agricultura, mais 100 mil empregos inicialmente. Além de termos aqui um aumento na produção em torno de 2,5 milhões de tonelada/ano da nossa mandioca.

A fécula da mandioca não contém glúten e ainda atua como diluidor do glúten presente no trigo, portanto mais nutritivo, mais saudável.

Do ponto de vista econômico, o uso da fécula da mandioca, como já foi dito aqui, pode representar uma economia de 100 a 200 milhões por ano. E uma coisa que também nos motivou, secretário Jairo Carneiro, e fiquei muito grato, foi ver que o governador tem um respeito muito grande pela mandiocultura, tanto é que o colocou entre as sete cadeias produtivas prioritárias do governo para poder incrementar esse setor. Isso também nos levou a dar entrada nesse projeto.

Vejo aqui que temos parceiros, já ligaram para nós parceiros da Sebrae nacional, apoiando esse projeto, e tem inclusive levado a discussão em âmbito nacional. Eu vi muita coisa na imprensa, algumas questões que a gente até volta às questões de educação em nossa casa. Como sou um democrata e um republicano de nascença, nasci na redemocratização do Estado, portanto respeito todas as opiniões, quero dizer que as pessoas que disseram que essa discussão em nível nacional tinha acabado, elas realmente não estão atentas com o que está ocorrendo no Brasil.

Primeiro porque o projeto da deputada Alcione, que mandou um apoio aqui, através de um e-mail, inclusive quero registrar nesta Casa e vou encaminhar essa nota de apoio e agradecimento dela, o projeto de lei 5.339/2009 que cria o “pão brasileiro” nesses



mesmos moldes. Inclusive pegando muitos desses dados aqui da Embrapa, do Sr. Joselito, da Bahia. E hoje este pão está sendo produzido, vocês podem ver ali fora, com 10% da fécula, com 25% no pão doce. E a deputada dá esse apoio a todos nós dizendo que essa questão está sendo abrangida por três comissões temáticas do Congresso Nacional.

E eu estou aqui com um ato do presidente Marco Maia, do Partido dos Trabalhadores, que cria nos termos do inciso II, art. 34 do Regimento Interno da Câmara Federal a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao projeto de lei que acabo de citar, da deputada Alcione Barbalho, que cria o “pão brasileiro”. E esse daqui, senhores, foi datado em 09 de junho de 2011, ou seja, neste ano. Portanto, aqueles que dizem que esse debate não está mais em nível nacional, essas pessoas estão totalmente equivocadas e precisam se atualizar e acompanhar melhor o que está acontecendo no Brasil.

Trago também aqui, senhores, um documento do laboratório da Universidade Federal da Bahia, e vou preservar aqui o nome da empresa e do fabricante do pão. Se quiserem, depois, posso até mostrar a todos os deputados, mas não vou fazer isso. O importante é dizer, meus amigos, que este documento comprova que já está sendo feita a adição da fécula de mandioca sem ser colocado, melhor, sem ser publicizado isso para a sociedade. Está aqui o documento da Universidade Federal da Bahia, que comprova isso.

Portanto, quero dizer que o Banco do Brasil, como a Odebrecht, também tem participado desse projeto de forma muito forte, por acreditar que este projeto pode trazer dias melhores para Bahia. E volto a dizer: este projeto não tem o objetivo de beneficiar um setor em detrimento de outro e, sim, oferecer ao consumidor uma opção de farinha de trigo enriquecida com a fécula de mandioca, como sendo, volto a dizer, uma opção de consumo trazendo aos mesmos resultados com preços mais baratos, além de beneficiar a economia de forma geral.

E volto a dizer que obrigatoriedade quem vai dar é o consumidor. É o mercado que vai dar e vai dizer: é obrigatório ou não é obrigatório. Mas o consumidor tem o direito de chegar onde quer que seja e ter a opção de comprar um pão mais barato e ter a opção de comprar um outro pão.



E sobre a questão de ser tradicionalmente um pão com subsídios dos Estados Unidos, de forma quase obrigatória e que virou uma coisa tradicional, quero dizer aos senhores que a mandioca está aqui há muito mais tempo com os índios e dando a gente a possibilidade de estarmos vivos, de ter uma saúde digna. Enfim, quanto a isso, senhores, tenho certeza de que esses argumentos foram bem explicados. Tenho certeza de que todos haverão de fazer os seus pronunciamentos. E quero dizer a vocês que este é um debate que trará um benefício muito grande à sociedade baiana.

Estarei sempre do lado daquelas pessoas menores e que mais precisam. Este é o objetivo do nosso grupo político, do governador Jaques Wagner que, inclusive, me parabenizou outro dia, dizendo da importância em trazer este projeto para o debate desta Casa, para que possamos olhar, de forma muito especial, a agricultura e, sobretudo, aquelas pessoas mais carentes que estão lá na ponta e que mais precisam.

Agradeço aos senhores e meu desejo é que possamos ter um debate dentro da democracia, da respeitabilidade e dentro da educação doméstica que tivemos.

Agradeço, Sr^a Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2210-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Edésio Duran

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo deputado Mário Negromonte Júnior.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Passo a presidência dos trabalhos ao deputado Mário Negromonte Júnior, proponente desta sessão especial para que dê continuidade à mesma.

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Assumindo a presidência, gostaria de chamar, para compor a Mesa, o presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, o deputado Luiz Augusto.

Concedo a palavra ao Sr. Edésio Duran, presidente da Associação das Padarias.

O Sr. EDÉSIO DURAN:- Muito obrigado, presidente. Vou pedir dispensa do protocolo devido a condição de voz.

Tomamos conhecimento oficialmente há poucos dias desta sessão. Ficamos eufóricos ao chegarmos nesta Casa e encontrarmos uma mesa enriquecida com pães de diversos tipos e diversas formas.

Falou o ilustre deputado em consenso. Sim senhor, deputado, consenso para produzir mais e melhor mandioca. Estamos todos de braços abertos. Ideologias contrárias, acabar com a pobreza, aumentar a agricultura familiar, não pode haver ideologias contrárias.

Contrários ao projeto, sim, para adição de mandioca à farinha de trigo. Para adicionar a mandioca ao pão sim, estamos de braços abertos e à disposição desta Casa, do nosso Estado e de todos os produtores de mandioca para produzirmos mais e melhor mandioca. Produzirmos o pão brasileiro. Vejam, o pão baiano já produzimos neste país e o pão de queijo que já levamos até o exterior.

São 665 mil agricultores familiares. Eles fazem parte de nossa família, porque nós, também, somos pequenos produtores. Temos compromisso com a Bahia. Claro que sim, Sr. Deputado, Srs. Deputados, como não podemos ter compromisso com a nossa Bahia e com os nossos produtores e com os nossos agricultores. Nós assistimos a assistência que tem os



agricultores de trigo no Canadá, onde fomos convidados. Toda a assistência e preço garantido. Os nossos agricultores, aqui para nós, não têm a assistência que merecem, porque são eles quem produz os nossos alimentos.

Respeito pela mandioca. Permitam-me, sou um consumidor de mandioca de primeira linha. Não abro mão de minha farofa. E quando consigo passar as férias no exterior, levo minha sacolinha com mandioca para fazer minha farofa.

Opção. Sim senhor, o consumidor tem direito à opção de comprar pão de leite, pão de milho, pão doce, pão de sal, pão de queijo e pão de mandioca. Mas, farinha de trigo com adição de mandioca não seria recomendável, porque alguém – e esse alguém poderia ser algum dos nossos panificadores – poderia comprar farinha em outro estado e nós iríamos mandar nosso ICMS para fora. Mais barato, ilustre deputado, Srs. Deputados, qualquer tipo de pão que tenha uma fórmula diferente do pão chamado francês, que não é francês, é brasileiro, que tenha uma fórmula diferente não pode ser mais barato, mesmo porque a mandioca, no momento, não é mais barata do que a farinha de trigo.

Agora, nós temos tudo para produzir pão de mandioca. Acabamos de lançar, no dia 26 do mês passado, em Foz do Iguaçu, num congresso, a padaria conceito. O que é isso? Padaria brasileira, o conceito de padaria brasileira. Vamos fazer uma mostra dessa padaria no mês de dezembro em nossa sede em Salvador. Pretendemos levar a padaria conceito brasileira para o exterior, com todos os tipos de pão que produzimos em nosso país, inclusive, sim senhor, o pão de mandioca, o pão com fécula, que pode ser um pão de excelente qualidade.

Então, como estou com minha voz um pouco prejudicada, queria, em caráter definitivo, dizer-lhe, e permitam-me dizer que posso falar em nome da panificação nacional, de cuja entidade faço parte da diretoria. A panificação nacional não é contra a mandioca. A panificação nacional aceita a mandioca para fazer fórmulas de pães doces e todas as iguarias que sejam possíveis. Só não é possível receber a farinha de trigo adulterada, mesmo porque esses 10% podem deixar dúvida e nem sempre podem ser conferidos.



Gostaria, se fosse possível, de conceder um pouco do tempo que me foi determinado, ao secretário da nossa associação, Dr. José Luiz Varela. Pediria que viesse à Tribuna para complementar mais alguma coisa.

Mas, de uma vez por todas, deputado, governador do Estado, Secretaria da Agricultura, senhores produtores da mandioca, juntem-se a nós, vamos trabalhar juntos, vamos produzir mandioca e fabricar o pão de mandioca para distribuir neste e fora do nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2211-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. José Luiz Varela Lopes

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o Sr. José Luiz Varela Lopes.

O Sr. JOSÉ LUIZ VARELA LOPES:- Bom-dia a todos, nobres deputados e deputadas, componentes da Mesa, todos os órgãos envolvidos nesse projeto que é altamente benéfico para o nosso Estado, prezados senhores participantes dessa assembleia. A nossa posição não pode ser diferente. Como o nosso presidente da associação já falou, nós estamos de braços abertos, e podem contar com todos os panificadores do Estado da Bahia nessa trajetória de fazermos não só pães, mas quaisquer outras iguarias que as nossas padarias tenham condições de fazer, adicionando a fécula de mandioca, aos quais nós já fazemos isso, em bolos e em outros tipos de massa.

Agora, o que precisa ficar bem claro é que nós não somos, de maneira nenhuma, contra a farinha de mandioca. O que nós não estamos de acordo - e acho que isso deve ser preservado - é que a nossa farinha de trigo seja adicionada com qualquer outro tipo de farinha, porque isso seria uma deterioração, inclusive, do produto, da matéria-prima que já se vem trabalhando há mil anos.

Com esse intuito a nossa classe está inteiramente, volto a repetir, de braços abertos aos produtores do nosso Estado, que produzam a farinha de mandioca, e, sim, nós podemos ver em nível de Sebrae, de Senai, Sesi fórmulas que possamos agregar à nossa farinha a farinha de mandioca, e com isso termos produtos que enriqueçam mais ainda a nossa gama de produtos oferecidos pelas padarias.

Eu agradeço e tenham todos um bom-dia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2212-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Mário Python

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço a contribuição do Sr. Edésio Duran e de todos os representantes das padarias.

Gostaria de registrar, em tempo, a presença dos nobres deputados, vice-Líder do Governo, Sidelvan Nóbrega e do deputado Eures Ribeiro, além de Josenclaudio Gomes Dias, Secretário de Agricultura de Campo Formoso. Agradecer também a presença de Ariovaldo Andrade Rocha, vice-prefeito de Canaã; de Edésio, presidente APPB, que está aqui na Mesa; de Emanuel Lacerda, superintendente de relações institucionais – FIEB; José Antônio Lopes, presidente da Associação Santa Virgínia; Antônio Carlos Henrique, vice- presidente da Associação Brasileira de Indústria de Panificadores e Confeitarias; Antônio Celso, vice-prefeito de Ibiritinga; Jairo Souza Santos, presidente da Coopamido; Nilo Meira Filho, superintendente estadual da Bahia do Banco do Nordeste, representado por Soraia Sena.

Dando continuidade à sessão, passo a palavra ao representante do Sindicato das Panificadoras, Sr. Mário Python.

O Sr. MÁRIO PITHON:- Bom-dia. Saúdo a Mesa na pessoa do deputado Mário Negromonte. Bom-dia, Srs. Deputados, meus colegas panificadores, senhoras e senhores, venho a esta Casa, infelizmente, para tratar de uma coisa não muito agradável, que é discutir um projeto que quer impor a toda a indústria panificadora do Estado da Bahia e ao consumidor que seja modificada a farinha de trigo, e assim seja consumida uma fécula de mandioca. O deputado falou que é republicano. Não duvido que seja democrata. Mas o que nos coloca na direção da democracia é a Constituição. E a Constituição de 1988 fala dos direitos individuais, que é o direito que procura limitar o Estado em relação à sociedade. E ela define claramente o que é livre iniciativa. E aqui está havendo uma tentativa de transgressão da livre iniciativa.



A Constituição diz que o empresário e o cidadão têm o direito de escolher a sua profissão; têm o direito de escolher como gerir a sua empresa. E, mais do que isso, diz que o consumidor tem o direito de escolher aquilo que quer consumir. Mas o deputado falou que é a favor... Ele diz que o mercado mandará, porque vai optar. Como pode o mercado optar se é obrigatório? Não entendi. Como uma coisa obrigatória pode dar opção ao consumidor?

Tenta-se aprovar esse projeto da fécula de mandioca desde 2001, mas até hoje não o foi. E isso ocorre porque ele realmente é polêmico. Eu tenho um parecer aqui do ex-ministro do STF que diz ser inconstitucional, justamente, por quebrar a regra constitucional da livre iniciativa.

Como você tem uma relação de mercado, mas por uma questão econômica... Destaco que não somos contra qualquer fomento que possa ser dado ao setor de mandioca, deputado. Entretanto a afirmativa de que a fécula de mandioca não vai interferir não é verdade. O estudo que foi feito é superficial. Os senhores podem entender de mandioca, mas não entendem de panificação. E quando se quer mexer numa coisa que não se conhece, há a possibilidade de erro.

Vou fazer uma pergunta aqui a todos os senhores que defendem a fécula de mandioca. Quem sabe quanto tem de quilo-caloria no quilo de fécula de mandioca? Alguém sabe responder? Os senhores sabem por que o Brasil, um País pobre, consome menos pão do que a Europa?

Não sabem. Vejam, no Brasil o pão tem o estigma que engorda. O nosso setor é frágil. Somos, em Salvador, 3 mil padarias, e os senhores nunca viram propaganda de pão na televisão, porque é cara. Embora o setor, como um todo, represente muito para a economia, somos, individualmente, frágeis.

Não se consome pão aqui. A média de consumo, no Brasil, é de 20 quilos; na Europa é de 50 quilos. Por quê? Porque aqui é estigmatizado que pão engorda. E a fécula de mandioca tem 50% de caloria a mais do que a farinha de trigo, deputado. E vai-se dizer que a fécula é um elemento neutro? Com o projeto de V.Ex^a, deputado, vão entrar 10%, dando autonomia de o Estado elevar até a 20%.



Então já estou vendo aqui a propaganda dos concorrentes de pão: “Se pão engordava antes, imagine agora”. E quem vai avaliar, deputado? Quem tem a vara de condão de imaginar o que pode acontecer com o mercado de pão, que é barato?

É o alimento mais barato que há. E, mesmo assim, é consumido pouco, porque é estigmatizado que pão engorda, deputado. E não conseguimos lutar contra essa afirmação porque as indústrias de biscoito começaram a se implantar no Brasil e difundiram essa ideia.

Nas panificadoras, é normal vermos consumidores, principalmente os mais antigos, comprando bolacha *cream cracker* – que tem 50% de calorias a mais – e dizendo que pão engorda. Como os senhores serão responsabilizados se amanhã o consumo de farinha de trigo cair, simplesmente, porque vocês querem fomentar um produto mexendo numa coisa que não conhecem? Vocês podem conhecer muito de mandioca, mas não entendem nada de farinha de trigo. De mercado de pão quem entende somos nós.

Pergunto: por que se consome pouco pão na Bahia? Esse projeto não traz nem o benefício da redução de imposto. Pega 10% e bota num produto que é consumido em milhões de toneladas. Olha que coisa fácil, consome-se tantas toneladas de farinha de trigo, então, se colocar 10% de fécula de mandioca, a produção será de tanto, serão gerados tantos mil empregos. Ora, isso é fácil de fazer. Qualquer pessoa sabe fazer conta de percentual.

Mas isso justifica modificar uma fórmula para interferir na livre iniciativa e no direito do consumidor? Este não vai mais poder optar por comer o pão francês, que ele conhece. E esse pão com fécula de mandioca vai ser atacado facilmente, pois vão dizer que está com tantas calorias a mais. Verifiquem em qualquer tabela nutricional qual a quantidade de caloria no pão com fécula de mandioca e no pão francês.

É um tema sério, não é para ser resolvido dessa forma, deputado. Todos os argumentos que estão no projeto de V.Ex^a já estavam no de 2001; é só pegar na internet e ver. E essa proposição não foi aprovada até hoje em lugar nenhum. O sindicato se pronunciou em relação ao projeto original. O senhor, como representante desta Casa, tem de se preocupar em atender não só o produtor de mandioca, mas o Estado da Bahia como um todo.

Se estivéssemos numa democracia direta, aquela que faz a consulta à população, o senhor acha que a população da Bahia deixaria de ter liberdade, para ser tutelada? Se



perguntássemos à população, por mais humilde e ignorante que seja: “Meu amigo, você quer ter a liberdade de escolher o pão ou quer que o Estado diga o que você vai comer”, o que o senhor acha que seria respondido?

Republicano é aquele que sabe respeitar a regra da Constituição. Isso quem está dizendo não sou eu. Ontem, peguei dezenas de pareceres de juristas afirmando que essa proposta é inconstitucional, por várias razões. Agora, quem fala em última instância sobre constitucionalidade é o STF.

Estamos vendo uma série de leis consideradas constitucionais na Casa Legislativa, mas que adiante são consideradas inconstitucionais. Há uma expressão – não sei de quem é; parece-me que foi de um colega do senhor – muito boa: inflação legislativa. É verdade, quer se resolver tudo no Brasil através de projeto de lei.

Só para se ter uma ideia, está tramitando na Câmara Municipal um projeto que obriga toda casa pública a ter tradutor de surdo-mudo. Ninguém é a favor de preconceito com qualquer tipo de pessoa, mas o custo que isso representa é enorme. Tem outro projeto que diz que todo produto tem de ter braille para o cego identificar o preço.

Esse projeto do senhor, deputado, é uma cópia de projetos que estão tramitando desde 2001. Se pegarmos todos os argumentados apresentados agora e compararmos com os de 2001, veremos que são iguais.

Quanto a essa questão do consumo, deputado, queria que o senhor me respondesse: sabe quanto é o ICMS na farinha de trigo aqui em Salvador? O senhor tem ideia? Talvez não. Cinquenta por cento da farinha de trigo consumida no Estado não paga imposto, deputado – quem diz isso não sou eu, não, são os moinhos; só ousou repetir aqui porque ouvi também de um auditor fiscal, em Feira de Santana Sabe por quê? Porque o ICMS no Estado da Bahia é 34%. O projeto do senhor não tem nem a perspectiva de baixar o imposto para beneficiar o produtor de mandioca; foi simplesmente copiar o que estava lá.

Então, não somos contra o produtor de mandioca. Mas não podemos aceitar, num regime democrático, que venha uma lei estabelecer uma obrigatoriedade para o consumidor e para a indústria, porque isso não é democrático e não é republicano, deputado.



Se o senhor quiser ter o sindicato ao seu lado, vamos fazer um projeto para baixar o imposto do ICMS da farinha de trigo. O Estado da Bahia é o que mais cobra na Federação. E sabe por que entram 50% de farinha aqui? Porque as nossas fronteiras não são bem fiscalizadas. E o alto valor do imposto em cima na farinha de trigo incentiva que as pessoas venham pegar a farinha de trigo nos Estados que têm ICMS até zero e tragam para cá.

A questão de dizer que é economia para o Estado tem coisa muito importante também a ser feita. Por isso não podemos concordar com um projeto desses, porque ele é simplista. A aprovação desse projeto traz uma série de coisas. Ele, na realidade, proíbe a confecção do pão que os senhores conhecem. Como a sociedade pode aceitar num momento em que a sociedade, como um todo, estuda a flexibilização da descriminação da maconha? Aquilo que está no Código Penal, a sociedade brasileira já aceita descriminar – não é incentivar, mas aceita a descriminação.

O projeto de V.Ex^a diz que se o moinho for flagrado, no primeiro ato de fiscalização, tem uma multa; na segunda, tem outra e, na terceira, cassa a autorização. Quer dizer, se alguém for fabricar uma farinha de trigo que não esteja especificada como está dentro do projeto, na terceira fiscalização cassa a licença de fabricação de farinha de trigo.

O Estado da Bahia tem o moinho mais moderno do mundo. Não sei se os senhores conhecem. Nós deveríamos ter orgulho do moinho de Asa Branca, um moinho desses, pela lei dos senhores, se acontecesse um problema qualquer de uma falha, esse moinho estaria sendo ameaçado de ter cassada a sua licença porque deixou de fabricar uma farinha de trigo. Como se pode aceitar uma coisa dessas? Onde nós estamos?

Quando foi feita a Constituição, foi para barrar o poder do Estado em relação a nós. Observem, o que estamos vendo é o Poder Legislativo, o tempo todo, criando norma que nos tutela em tudo. E quanto a isso, nós não podemos aceitar. Deputado, me desculpe, não tenho nada contra V.Ex^a pessoalmente. Não o conhecia.

Mas o projeto de V.Ex^a é ruim. É muito ruim para nós. Isso para a democracia não é bom. Amanhã, vem outro deputado dizendo “vamos aprovar aqui alguma coisa para colocar outro produto”. Aliás, perguntaram: por que este projeto não inclui botar 10% de fécula de mandioca no acarajé? Sabe por quê? Porque se alguém abrir a boca para botar 1%



no acarajé, a cidade para. Nós somos frágeis. Não conseguimos mobilizar aqui 50 panificadores para estar aqui, deputado. É por isso que se está insistindo neste projeto até hoje, porque todo o parlamentar precisa ser dono de um projeto.

Os senhores são maltratados pela imprensa porque da mesma forma que colocaram que pão engorda colocaram que deputado não trabalha se não tiver projeto aprovado, e isso é ruim.

Então, por isso não posso aceitar. Vou lutar com todas as forças que tiver. Acredito que esta Casa vai ter deputado que vai se render a esse argumento que o senhor colocou como importante, que é justamente o de ser republicano. Este projeto não é republicano, deputado. Se o senhor quiser que o sindicato ande de braços dados com o senhor, vamos trabalhar para diminuir o imposto.

Este projeto não pode matar o pão que está aí. Se for optativo, tudo bem. Mas, obrigatório, não há como prosperar. Poderia falar muito aqui. Mas quero ler aqui só mais uma coisa. Em cima deste raciocínio de que se respeita muito quem é forte. Vou ler uma coisa que está no jornal *A Tarde* de hoje, na página A-8, e diz o seguinte: “*TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - prevê menos benzeno em refrigerante*”.

Aqui diz que foi descoberta num refrigerante uma quantidade de uma substância que é cancerígena. O Ministério Público levou dois anos para fazer um TAC com a empresa e deu cinco anos para ela reduzir essa quantidade de substância que é cancerígena, porque a indústria é forte.

Então, se procura fazer e saber com quem se mexe. Somos fracos. Estou pedindo aqui ao senhor, humildemente, deputado, que dê um basta neste projeto. Vamos nos sentar, porque temos muitas coisas para mostrar aos senhores que não conhecem. Não vou falar mal da fécula de mandioca, porque não há o que falar.

Agora, outra coisa, o senhor sabe quanto custa um quilo de farinha hoje, farinha de mandioca? O meu antecessor aqui, Dr. Edézio, falou. Está mais caro do que um quilo de farinha de trigo. Quem garante onde está o estudo? Quero ver qual é o estudo que prova que esta demanda vai trazer benefício para o produtor?



Ele, hoje, ganha porque a farinha que é vendida entra direto no mercado e não tem atravessador. No dia em que houver um projeto de lei que diga que a farinha de mandioca tem de entrar no mercado passando por uma grande indústria, que melhora a qualidade, inclusive sanitária, vai acabar o interesse da mandioca familiar, porque foge da mão dele o preço de mercado.

Este projeto, talvez, incentivará as grandes indústrias a ditar o preço da compra no consumidor. Então, ele não é uma coisa simples. Deputado, essas contas matemáticas que V.Ex^a fez não são garantia de que, se este projeto for aprovado, trará esses benefícios todos. Sinto-me satisfeito aqui. Agradeço o convite. Mas acho que seria sensato que o senhor desse um basta neste projeto e que fosse abrir o diálogo conosco para mostrarmos a V.Ex^a que este projeto corre o risco muito grande de ser um tiro no pé.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Gostaríamos de agradecer a participação e a contribuição do Sr. Mário Pithon, representando o sindicato das panificadoras.

(Não foi revisto pelo orador.)



2213-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Luiz Augusto

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Vamos nos manifestar sobre todas essas colocações aqui no final. Mas digo ao senhor, de antemão, que este projeto não para. Sabemos o que estamos falando, principalmente aquele pessoal que traz o trigo para cá.

Mas a nossa intenção não é essa. Esta Casa aqui é de muito respeito, e tenha a certeza de que não serão, sobretudo, aquelas pessoas mais fortes que pautarão as decisões de cada deputado aqui. O projeto está mantido e vai ser mantido. Aqui é um projeto para ser debatido e serão incorporados todos os pronunciamentos aqui. Está aqui o presidente da comissão, que está analisando atentamente. O projeto vai passar por lá e de forma muito democrática.

Agora, para dar continuidade, gostaria de passar a palavra ao presidente da Comissão de Agricultura, deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, convidados aqui, estou vendo o projeto apresentado e de forma democrática. O bom é que trouxe para vocês manifestarem as suas opiniões. Nós, deputados, ouvimos a sociedade, inclusive ouvimos todas as partes. Não há nenhuma fórmula pronta que vai chegar aqui, porque foi apresentado e vai ser aprovado daquela maneira. Vai ser discutido por todos os deputados.

Acho que dentre os argumentos que você colocou alguns foram importantes, devem ser apresentados para todos os deputados. Por isso, a gente tem que trazer mais deputados para participar deste debate, para que não possa ser aprovado apenas na cabeça de um ou na cabeça de outro, ao final de ano na tentativa de aprovar um projeto.

Acho que tem muita coisa importante, mas tem muita coisa importante também que a gente pode melhorar da maneira que vocês falaram. O importante é que esta Casa abriu o diálogo para que toda a sociedade possa participar e dar opiniões. A gente vai crescendo, vai amadurecendo a ideia com as opiniões que aqui são apresentadas. Isso é importante.



Acho que valeu esta audiência pública. É pena que haja poucos deputados aqui. Mas existem muitos deputados que, às vezes, estão escutando lá do gabinete. Ele estava com os prefeitos do interior que chegaram, mas está sendo transmitido ao vivo e muitos deputados estão ouvindo o que vocês falaram e estão falando e vão olhar os argumentos que são a favor do projeto e os que são contra. E cada um vai definir de acordo com a sua consciência aquilo que ele acha que é bom para o Estado.

Existem alguns pontos que discordo do projeto. Eu não acredito em nada que impõe. Não acredito nessas coisas. Eu estava brincando ali com o assessor, mas para ver se a gente acha uma solução, de maneira que a gente possa incentivar o produtor de mandioca ou colocar a farinha que o Estado possa comprar que tenha a fécula de mandioca.

Aí, você vai vender para o Estado com a fécula de mandioca. Mas obrigatório que a população possa comprar apenas misturada com a fécula de mandioca, acho até utopia fazer isso. Estava comentando que 50% da farinha de trigo do estado vêm através de contrabando. Vai acabar aumentando o contrabando, e as padarias vão cobrar, os moinhos vão ser obrigados a vender a farinha misturada corretamente dentro do estado.

E aqueles que vêm em contrabando, vão acabar vindos com a farinha pura. Faz um pão melhor de contrabando e o pão pior? Não sei se é pior, melhor, mais bonito, mais gostoso; desse detalhe, eu não sei. A gente tem que discutir muito, arrumar uma solução para que a gente possa fazer um projeto, realmente, que pegue. Não adianta fazer para não pegar. Apenas fazer um projeto, e o Estado não ganha nada com isso, nem a população e nem as associações panificadoras. É bom que se discuta.

Aqui na Casa tem muito projeto, inclusive tem um projeto da música. Se cantar uma música que fale alguma coisa da mulher, não vai poder ser contratado pelas prefeituras. É uma coisa desse tipo. Está sendo discutido. Se vai passar ou não, é outra coisa. Tenho até a opinião contra, porque acho que você não pode limitar ou censurar a música baiana como *funk* lá, porque não gosto que outra pessoa tem que falar o que me agrada, disputar ou não.

Mas a gente está discutindo isso na sociedade. É bom que a gente venha aqui. Esta audiência pública é importante por isso. Esta Casa é importante por isso. Torço para debater.



Torço para que todos deem opinião. E, no final, todos os deputados vão votar conscientes, e aquele projeto que seja bom para o Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço ao Sr. Presidente da Comissão de Agricultura. Peço que V.Ex^a possa ficar até o final para conhecer um pouco mais sobre o projeto e ouvir algumas outras pessoas que têm muito a contribuir, que conhecem o projeto, que conhecem o que estão falando.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



2214-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Raimundo Sampaio

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agora, dando continuidade, gostaria de chamar aqui o Sr. Raimundo Sampaio, superintendente da Agricultura.

O Sr. RAIMUNDO SAMPAIO:- Bom-dia, senhoras e senhores. Primeiramente, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Mario Negromonte Júnior. Cumprimento, também, a deputada Maria del Carmen, o deputado Luiz Augusto, presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Dr. Jairo Carneiro, chefe de gabinete, neste ato representando nosso secretário de Agricultura, Eduardo Sales. Cumprimento o colega Armando, do Banco do Brasil, o colega Joselito, da Embrapa, Dr. Sturaro, o Sr. Edésio Duran, representante do sindicato das panificadoras, o nobre colega do sindicato, demais parlamentares presentes.

Cumprimento, também, o nosso diretor de agricultura, Dr. Almeida Júnior, os representantes das panificadoras, o diretor Armando Sá, da nossa Agência de Defesa Agropecuária. Apenas para conhecimento de alguns, a nossa agência regulamenta a questão de inspeção de produtos de origem animal hoje, mas estará, brevemente, regulamentando a inspeção de produtos de origem vegetal, que hoje é feita pela Saúde ou pelo Ministério da Agricultura.

Senhoras e senhores, ser convidado para estar presente a esta augusta Casa...

Desculpem, não cumprimentei o companheiro Tiago, que está representando outra Secretaria de Estado.

Por formação, sou engenheiro agrônomo, formei-me numa região do Recôncavo baiano, também forte produtora de mandioca, onde tem o centro de pesquisa – está aqui o Dr. Domingos Aroldo, presente também –, centro nacional de pesquisa de mandioca e fruticultura, o que significa dizer que esse centro é referência para a geração de ciência e



tecnologia da produção científica não só para a Bahia, mas para os produtores de mandioca de outros Estados, quiçá de outros países.

No âmbito da Secretaria da Agricultura, ingressamos em 2007/2008, quando o então Secretário Roberto Muniz era o Secretário de Agricultura, e o atual Secretário Eduardo Sales era o então Chefe de Gabinete, e nos deparamos com uma questão interessante. Dispúnhamos de poucos projetos executivos e ligados desde a questão da produção até a comercialização e distribuição do produto. Ou seja, a Secretaria de Agricultura estava isolada, não se articulava com outras Secretarias de Estado, pouco se articulava com o setor produtivo, e nos coube, através da Superintendência a qual respondemos, fazer e promover essa articulação.

Por que estou dizendo isso? Fico à vontade para dizer pois sou servidor público concursado, sou do quadro da Agência de Defesa, e já venho trabalhando, ao longo de 12, 13 anos, com outros governos. Então, isso não é um olhar pelo retrovisor, nem uma fala política. Pelo contrário, estou falando em termos de gestão de Estado, não de governo.

Dentro dessa ótica, nos deparamos com mais de 50 cadeias produtivas, ou seja, a nossa base produtiva é muito diversificada, hoje a Bahia realmente produz desde de guaraná, no Baixo Sul, até grãos de soja, no Oeste baiano, passando pela fruticultura. Hoje já somos o segundo maior produtor de vinhos finos, vinhos jovens, e a nossa diversidade é muito grande.

Isso, obviamente, nos dá grande oportunidade, sobretudo para o setor produtivo, para a geração de emprego e renda no campo, mas, também, enquanto Estado, é um desafio muito grande organizar todas essas cadeias.

Como poderíamos trabalhar em cima disso? Uma estratégia que utilizamos há dois foi copiar e colar, por assim dizer, utilizando um modelo do Governo Federal, do então Ministro Roberto Rodrigues, que instituiu, em nível de Brasil, através do Ministério de Agricultura, as câmaras setoriais. O que são câmaras setoriais? São conselhos, fóruns onde têm assento o setor produtivo, a indústria, o comércio, o Estado, a sociedade civil organizada. No governo Federal, quem, efetivamente, toca essas câmaras são os funcionários públicos, são os servidores ligados ao próprio governo. Isso não dá muita autonomia às câmaras.



No nosso modelo, criamos a figura do secretário executivo que é representante da iniciativa privada. Para se ter uma ideia, na câmara de mandioca, a nossa câmara recém-instalada há um ano e pouco, o secretário executivo é o Exaltiene, presidente de uma cooperativa de pequenos produtores de agricultores familiares, inclusive responsável pela construção da Coopasub, que é uma das fecularias citadas anteriormente, na região Sudoeste, mais especificamente em Vitória da Conquista.

Por que estou trazendo isso para os senhores? Porque, a partir da constituição das Câmaras Setoriais – são 26, e a da mandioca é uma delas –, começamos a fazer algumas reuniões. Nesses fóruns os bancos também estão presentes, bem como as universidades e a sociedade civil organizada. Como eu disse anteriormente, quem quiser fazer parte dessas câmaras é muito bem-vindo; elas não são fechadas e têm sempre buscado o debate, a articulação e o envolvimento mais democrático de todos os setores que compõem a cadeia produtiva, e não somente o setor primário, o de produção.

A nossa ótica, enquanto Secretaria de Estado, enquanto formação agrônômica, enquanto governo, é a de abrir o debate. Durante muitos anos, apesar dos avanços tecnológicos que as universidades e, sobretudo, a Embrapa trouxeram para o nosso País, trabalhamos muito, como se costuma dizer no jargão, da porteira para dentro. Hoje, essas câmaras permitem uma discussão maior tanto da parte logística, de distribuição, quanto da de comercialização e ICMS, que foi citado aqui pelo colega do sindicato.

Em verdade, constituímos há 2 anos 27 Câmaras Setoriais, e a partir daí fizemos um planejamento estratégico para o setor visando os próximos 20 anos. Obviamente esse planejamento estratégico está sujeito a mudanças, mas durante 1 ano foi discutido exaustivamente, com a consultoria específica que trabalha e trata do planejamento, o que cada cadeia produtiva pretende fazer nos próximos 20 anos.

Eu poderia fazer uma comparação ou até abrir um pouco a discussão e perguntar: por que as panificadoras não estão envolvidas nesse processo de discussão em relação à cadeia produtiva da mandioca? Porque, como já foi citado aqui, a fécula da mandioca ainda não faz parte, obrigatoriamente ou não, do fabrico efetivo do pão francês. Esse é só um esclarecimento.



Mas quero dizer a vocês que esse debate é profícuo. Seria interessante, deputado Mário Negromonte Júnior, que as 3 mil panificadoras citadas aqui e o Sindicato da Indústria estivessem presentes e participassem dessas discussões nas nossas Câmaras Setoriais.

Digo a vocês que isso já acontece em outros setores que têm por natureza uma produção verticalizada, a exemplo da Câmara da Borracha. Hoje, temos cinco indústrias instaladas na Bahia – eram quatro, mas uma foi atraída recentemente pelo governador do Estado. Queremos também estimular o agricultor familiar e o pequeno produtor a produzirem borracha; mas não é diferente do que acontece com a produção da mandioca e da farinha. Atualmente, somos o terceiro maior produtor de mandioca, mas ainda importamos nossa farinha do Paraná, ainda importamos a fécula. Por isso que os bancos também estão presentes, pois buscamos mudar essa realidade.

Quando citei a borracha, foi porque essa câmara – não foi o governo do Estado nem a Secretaria da Agricultura – deliberou e decidiu que nos próximos 20 anos seremos autossuficientes na produção da borracha. Hoje a Bahia só produz cerca de 30% da borracha que processamos; 70% ainda são importados de outros estados ou de outros países. Mas temos a possibilidade de dinamizar e intensificar a sua produção, sobretudo no Sul e no Baixo Sul.

Essa Câmara, que conta, inclusive, com participação das indústrias, também decidiu que nós, enquanto sociedade civil, devemos organizar a produção no sentido de buscar um estímulo à produção de borracha, podendo assim verticalizar essa produção e agregar valor ao produto.

Com isso, quero dizer que essa discussão é ampla e muito bem-vinda. A Câmara da Mandioca é constituída, sobretudo, por pequenos produtores. Falando da minha área, do setor produtivo, se me permitem a defesa, nós precisamos estimular a produção e agregar valor ao produto.

Já que o meu tempo está esgotado, quero finalizar dizendo que os senhores deveriam ter uma atenção maior não só para o que está estabelecido como uma obrigatoriedade na adição de fécula de mandioca à farinha de trigo, como também para os benefícios advindos dessa adição. A cadeia da mandioca, efetivamente, vai agregar mais



valor ao produto e vamos fazer com que haja uma ampliação da produção. A estimativa é que dinamize-se a produção em mais de 100 mil agricultores familiares e temos um projeto que, aliado com o governo federal, que é o Brasil sem Miséria, temos o projeto lançado pelo governador que se chama Vida Melhor, ele já foi apresentado aqui na Assembleia Legislativa, onde 7 produtos foram prioritários para o fomento e apoio dos governos estadual e federal ao estimular a produção e sobretudo a verticalização da produção e comercialização.

A mandioca é um desses 7 produtos e está presente em 417 municípios. Não sou autoridade na área, por formação sou engenheiro agrônomo, Dr. Sturaro está aqui. Seria interessante que a presidência desta augusta Casa convidasse o representante da Embrapa para discutir mais tecnicamente a adição de 2% a 10% de fécula da mandioca ao nosso pãozinho francês, mas quero crer que se for de bom tom, se esse projeto for aprovado será muito benéfico sobretudo para o setor produtivo.

Volto a dizer que não sou da área, mas acredito que ele bem posto, bem encaminhado, bem discutido e bem validado possa também receber o apoio das panificadoras e da indústria para levarmos a uma discussão maior na Associação Comercial e até da Federação da Indústria do Estado da Bahia.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado pela sua contribuição, Sr. Superintendente.

(Não foi revisto pelo orador.)



2215-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Dr. Sturaro

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Gostaria de registrar as presenças: da prefeita do município de Araci, Neca; do ouvidor da Seap – Secretaria de Ressocialização Penitenciária, Feliciano; do CDA – Central das Associações; do Sindpan – Sindicato dos Panificadores; do Mestre Curió, presidente da Escola de Capoeira Angola; Empresa Trigo; Grande Moinho Cearense; Associação Comunitária de Olhos D'água de Biritinga e Bang Alimentos.

Dando continuidade, gostaria de passar a palavra ao Dr. Sturaro, médico e diretor do Instituto Materno Infantil da Bahia.

O Sr. Dr. STURARO:- Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, senhores e senhoras, não vou entrar no mérito da introdução da mandioca na formação do pão. Do ponto de vista médico, seria no meu caso, discutir qual o melhor amido. Não sei se está em jogo essa situação do melhor amido para o ser humano, a questão da digestibilidade. Não vou entrar na economia, esta é uma questão de mercado, que não é o meu ramo. Sou apenas médico, dizem nutrólogo.

As vantagens da mandioca sobre o trigo é muito grande, mas isso não entra em consideração na adição da mandioca à formação do pão. Do ponto de vista médico, químico e fisiológico o amido da mandioca tem uma digestibilidade muito maior do que o trigo. Este tem um inconveniente muito grande que não interfere no caso vigente da discussão do problema, que é a presença de glúten, o que não existe no amido da mandioca. Quanto ao valor calórico é igual, qualquer carboidrato tem 4 calorias por grama, não entra em jogo. Apenas quero dizer que a mandioca tem muito mais fácil ingestão e não tem o inconveniente da retrogradação, que é muito menor que do amido depois de cozido. Há vantagens quanto à ingestão da mandioca. Não sei se vai levar em consideração a adição ou não.



Outro problema é sobre o preço. Não nos interessa o problema de preço. A mandioca tem mais vantagens como, por exemplo, maior acesso e aptidão do que o trigo. De sorte que podemos considerar a adição da mandioca, como o deputado Mário Negromonte Júnior citou, à diluição do glúten. Não nos consta a importância. A presença do glúten é nociva para aqueles que têm doenças celíaca. A diluição não tem tanta importância assim.

Estou disposto a responder qualquer pergunta sobre as vantagens do amido, do ponto de vista fisiológico, não do ponto de vista da vantagem ou não da adição do amido de mandioca na fabricação do pão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Nós vamos dar seguimento, professor. Depois que todos da Mesa se pronunciarem, abriremos para o debate. Agradeço a sua participação que muito nos honra.

(Não foi revisto pelo orador.)



2216-I

Ses. Esp. 09/11/11

Joselito Mota

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Para darmos seguimento, vamos estabelecer um tempo máximo de 10 minutos para que os integrantes da Mesa possam se manifestar. Depois, passaremos a palavra para que todos possam fazer perguntas, dirimir algumas dúvidas e apresentar sugestões ao projeto.

Volto a dizer que este é um projeto está chegando agora a esta Casa para ser debatido. Não quer dizer que será aprovado da forma como está. Obviamente, existirão emendas de deputados, tanto na Comissão de Agricultura, como nas outras comissões.

Não somos donos da verdade. Não temos a verdade absoluta. Queremos que seja feita a discussão para que possamos dar nossa contribuição.

Gostaria de registrar a presença da queridíssima deputada Luiza Maia que manifestou interesse em apoiar o nosso projeto; inclusive, estudará o projeto para contribuir com o mesmo.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Dando continuidade, gostaria de passar a palavra ao cientista e pesquisador, Sr. Joselito Mota, representante da Embrapa.

O Sr. JOSELITO MOTTA:- Sr. Presidente da Mesa, deputado Mário Negromonte Júnior, em nome do qual cumprimento todos os representantes de instituições que compõem a Mesa, Srs. Parlamentares presentes, senhoras e senhores, ouvi atentamente as apresentações que me antecederam.

Gostaria de fazer algumas considerações e, naturalmente, evocar os senhores com uma lembrança histórica. A história, afinal, é onde existem os registros. E sobre a mandioca, desde os primórdios com os portugueses, o escrivão do descobrimento, Pero Vaz de Caminha, fez inúmeros registros ao rei de Portugal.

Um produto já existente com os índios foi logo incorporado à intendência de navegação. Historiadores apontam que se o Brasil não tivesse mandioca, o tempo de



desbravamento de nosso território seria muito mais longo ou, até, impossível, dado a sua importância como produto alimentar. Seguem-se registros, ainda se falando sobre o pão, de Pero Vaz de Caminha, quando dizia ao rei de Portugal: faz-se por aqui umas broas, chamadas beijus ou filhós, tão alvos que supram, e muito, o pão desse reino.

Os três primeiros governadores gerais do Brasil, Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mendes Sá, embora portugueses e com o privilégio do trigo à mesa, preferiam os derivados da mandioca, por considerá-los mais saudáveis.

Pasmem os senhores desta Casa, que a primeira Constituição Brasileira, em 1824, foi batizada de Constituição da Mandioca. O povo não votava, só votavam aqueles que tinham posse e a posse não era medida em moeda corrente da época, e sim em alqueires de farinha de mandioca. Para se votar na paróquia tinha que se ter o equivalente a 150 alqueires de farinha como patrimônio; para se votar na província, 250 alqueires de farinha; para ser candidato a deputado, a 500 alqueires de farinha; candidato a senador, mil alqueires de farinha de mandioca. Deputados e senadores eram obrigados a cultivar um área de mandioca de acordo com o número de empregados que tinham em suas propriedades. É um registro histórico. Mas o motivo maior que me traz a este tribuna, e sinto-me muito a vontade, porque já estive na Assembleia Legislativa de Sergipe, na Câmara dos Deputados, numa audiência pública, em 2007, e também no Espaço Cultural da Câmara de Deputados, tratando exatamente sobre esse produto. A história é muito rica em relação à questão do trigo e da mandioca. Falei dos primórdios, mas na década de 50, século passado, os Estados Unidos produziram uma quantidade de trigo que não tinham onde guardar, e veio uma política de que os países em desenvolvimento teriam o privilégio de comprar a farinha de trigo que custava US\$ 130 à época, para comprar por US\$ 40, com um prazo de 40 anos para pagar. Na década de 70, a Rússia teve uma queda de produção de trigo e os Estados Unidos romperam com esse acordo. Aí disse ao Brasil, não é mais 40, não é mais 130, é o preço de mercado, e passou, a tonelada do trigo para para US\$ 230.

O governo brasileiro tomou, então, a decisão e disse: não, nós compramos a US\$ 230 e fornecemos aos panificadores por US\$ 40. O Brasil subsidiou o trigo por 20 anos. Então, essa é uma história que acumulamos naquela época, comprando a US\$ 230 vendendo a



US\$ 40 e pagando juros aos bancos americanos, por termos uma dívida, já naquela época, de cerca de US\$ 20 milhões. Vejam os senhores que o Brasil importa, por ano, 80% do trigo que consome. Em 2002 importou do Canadá, Estados Unidos, Argentina, Rússia, Polônia, Croácia. Esse é o retrato. Contrapõe-se a isso a cultura da mandioca, que embora seja um produto considerado tupiniquim, muitas vezes, de certa forma de maneira mesquinha é colocado a margem como um de pobre, produto sem valor, porque não foi trazido pelos portugueses, foi encontrada com os índios. A pecha, o preconceito que se tem com o índio se faz com relação à mandioca.

Surge então essa possibilidade. E eu queria nivelar por baixo, pelo menos com relação ao conhecimento, porque em alguns pronunciamentos aqui se chegou a falar em farinha de mandioca, junto com farinha de trigo, não é isso. Fécula de mandioca é um outro produto. A farinha de trigo é moída, se você pega entre os dedos no fim é como se tivesse uma areia bem fininha. Fécula de mandioca não é moída, fécula de mandioca é extraída, é um talco. E essas características passam, para o pão e o qualifica. O pão fica melhor. Eu já ouvi comentários, até de pessoas daqui, de que o pão fica repugnante. Vai ter aí fora o pão para se degustar, seguramente com um pouco mais de apetite, porque não vai chegar para todos, vai acabar logo esse estoque que está aí de pão com fécula de mandioca.

Agora vejam os senhores, sou um pesquisador da Embrapa que me interessei, aliás vou fazer uma ressalva, até mesmo para dizer de uma audiência pública que participei na Câmara dos Deputados, quando o vice-presidente da Abitrigo falou sobre a região do Tigre e do Eufrates, na Mesopotâmia, de Cristo, e disse que até a hóstia foi feita de trigo. Seguramente, meus amigos, se Cristo tivesse nascido no Brasil, a hóstia seria um beiju; como seria um pão de arroz se tivesse nascido na China. Precisamos valorizar o que é nosso, e a mandioca é genuinamente nossa.

Os estudos com uso do carbono-14 apresentam o Brasil como o centro de origem e de dispersão da mandioca. São mais de 14 milhões de pequenos produtores aqui que têm a mandioca como suplemento alimentar. Agora, o que vemos são interesses contrários. No plano técnico, a compatibilidade é perfeita.



Em 2002, saí fazendo validação de tecnologia em 19 estados da Federação. Proferi mais de 82 palestras em mais de 40 municípios e participei de reportagens de TV esclarecendo à opinião pública. Contudo ocorre uma confusão. O pessoal envolvido com a indústria do trigo confunde a opinião pública dizendo que estamos querendo colocar farinha de mandioca na farinha de trigo. Aí aparece aquela rejeição natural.

O Dr. Sturaro falou há pouco, e houve uma pergunta que ficou no ar: “É mais calórico? O que representam 10%? Observem, 10% é muito pouco em relação ao benefício que pode significar para a agricultura familiar.

Quando o outro projeto foi apresentado, constatou-se que haveria uma economia de 100 a 200 milhões de dólares por ano. Então os estudos de validação de tecnologia apontaram unanimemente que o pão melhora. Estou fazendo este pronunciamento como pesquisador e cidadão.

Então, em termos técnicos ninguém pode discutir. E provo ainda mais, porque, depois que o projeto foi vetado pelo presidente Lula... A Abip, a Propan e os membros do sindicato poderão ter acesso. Está aqui o lançamento do pão brasileiro. Era um pão com duas pestanas, descrevendo as vantagens da fécula da mandioca, Está aqui um portfólio completo. Este pão seria lançado no Palácio do Planalto. Eu participei como membro da Embrapa, que estava lá junto com a Propan e a Abipi, que estão aqui registrados. Este portfólio não foi feito por outras instituições, foi pela Abipi e pelo Propan. Está à disposição.

Tecnicamente, não há como se discutir a questão da validade de se compatibilizar fécula de mandioca com farinha de trigo. Então essa é uma questão que precisa ficar bastante clara. Não podem surgir informações aleatórias confundindo as pessoas. Essa é a visão que temos desse nível de aproveitamento.

Ainda digo mais aos senhores. Em 2002, quando estávamos em pleno trabalho de validação, encontrei, em Cruz das Almas, uma panificadora que, olhando pelo vidro da vitrine, vi pela aparência que o pão tinha fécula, porque quando se usa fécula as características... Primeiro, como diluidor de glúten, porque quem determina a força da farinha de trigo é o glúten. Recebemos farinha de trigo do Canadá com 14% de glúten. Aqui



é preciso usar o trigo brasileiro para diluir esse glúten para chegar ao ponto ideal para a panificação.

Pois bem, quando verificamos que aquele pão tinha características de fécula de mandioca, procurei o padeiro, que negou ter usado fécula de mandioca. Eu disse que tinha. Pedi uma amostra e juntei com mais duas outras amostras da Panificadora Parati, cujo padeiro está aqui e foi com ele que fizemos o trabalho. Mandamos para a Faculdade de Farmácia, em Salvador. E a farinha que suspeitávamos estava escrita no laudo: contém grânulos de amido de triturus vulgaris, que são reticulares assim e assado, bem como dimancio grantis.

A indústria do trigo já fazia a adição. Ninguém pode dizer que o pão é calórico, porque a indústria do trigo usa. Você está consumindo o pão utilizando a fécula da mandioca e não sabe. Então, se é livre, simplesmente a indústria do trigo fica com a vantagem de comprar a fécula por um preço mais barato, quando lhe convier, juntar com o trigo, que é mais caro, e vender pelo preço do mais caro.

Então, são questões que precisam ser avaliadas para a gente ter uma ideia, um consenso, pelo menos de maioria, para que se possa avaliar se vale a pena ou não.

No plano técnico, não há dúvida. Isso é indiscutível, porque a qualidade melhora. No plano de como estabelecer as normas para fazer isso acontecer, é outra questão. Há também de que um projeto de lei não está formatado na sua versão definitiva.

Afinal, quando um projeto, como o de Aldo Rebelo para a Câmara dos Deputados, que passou por Nilson Mourão como relator do projeto na Câmara, passou por Flávio Arns que foi o relator do Senado, passou por Aloísio Mercadante, Comissão de Justiça, Defesa do Consumidor, Conselho de Assuntos Econômicos e foi para a mesa do ex-presidente Lula.

E quando passou na mesa dele, ele tinha 30 dias para sancionar a lei, porque se era um projeto governamental de autoria de uma liderança ligada ao governo; se era também na Câmara dos Deputados ligado ao governo, no Senado pelas Comissões, e não é possível que os parlamentares iriam colocar na mão do presidente um presente de grego. De forma alguma, e ainda houve uma redução.



Primeiro, era para uma boa parte do trigo, depois somente para o trigo importado, depois mudou e foi somente para as instituições governamentais: Prefeitura, Exército, Marinha, Aeronáutica. Mesmo sendo um naco, entrou em ação. E não é Joselito quem está dizendo. Se vocês têm Internet, pesquisem e vejam o que diz Nilson Mourão que foi relator; o que diz Sebastião Neri que investigou.

Então o *lobby* do trigo entrou poderoso e o projeto foi vetado.

Mas esse mesmo projeto esteve sentado à mesa discutindo qual seria o resultado para a indústria do trigo e da mandioca com o ministro da Agricultura à época. Depois, quando Lula vetou, o próprio ministro que sentou à mesa e acordou, dava um parecer de outra natureza justificando a decisão governamental. Isso está na Internet. Não preciso dizer quem foi esse chinês, mas é o dono do maior moinho de trigo da América Latina.

Então, senhores, estou revelando, assim, já com a euforia de um cidadão que aspira para o estado da Bahia. Presidente, tem de ir adiante. Vamos formatar adequadamente. Mas precisamos chegar a um termo para a gente valorizar. Não podemos jogar por terra o trabalho da Fundação Banco do Brasil que aporta R\$ 11 milhões para desenvolver a mandiocultura no Sudoeste da Bahia e a *Fundação Noberto Odebrecht* através da *Copamido* e que tem hoje uma empresa de suporte que é a *Bahia Amido* que é a produção de amido modificado de mandioca. Para transformar esse amido precioso que, às vezes, está sendo solapado por desconhecimento como se fosse um amido de qualidade inferior.

A Embrapa junto com o CIAT já buscam, hoje, o diamante lapidado. O Ox Start. O que é o Ox Start? É aquele amido que tem quase 100% de amido pectina e já foi identificado junto com o Ciat, e a Embrapa volta a sua atenção para os estudos de difusão desse material para a Bahia, para o Nordeste, para o Brasil inteiro como centro nacional de pesquisa que é.

Então, Srs. Deputados que nos ouvem, precisamos analisar devidamente. Não são pequenas considerações que vão impedir esses interesses maiores que são os interesses de brasilidade, de valorização da mandioca, seja no plano do amido modificado, seja no plano da sua diversidade de uso para a sua agricultura familiar para colocarmos os produtos da mandioca na merenda escolar, educando as nossas crianças para que não se tornem clientes da rede de *fast food* e que tenham alimentos mais saudáveis.



Essa mandioca poderá se projetar, dentro de uma visão de Copa do Mundo, para cada estado brasileiro onde a mandioca tem presença marcante, a fim de que a gente possa ter festivais gastronômicos envolvendo chefes de cozinha, mostrando este cenário de oportunidades para o mundo e – quem sabe? – avancemos mais para que através da história da alimentação no Brasil que foi escrita por Luís da Câmara Cascudo, o nosso Jorge Amado das terras potiguares, que escreveu 164 livros e foi autor de um deles que é justamente uma epopeia; neste livro sobre a história da alimentação no Brasil, foi dedicado um capítulo à mandioca.

Esperemos, então, um dia para que o mundo conheça e para que a gente possa mesmo beneficiar o continente africano, pois temos um débito muito grande, e que é o maior produtor mundial de mandioca, a África, possa se beneficiar de alguma coisa que o Brasil aponte, dentro da Marquês de Sapucaí, ao mostrar a história da alimentação, em que a mandioca teve papel determinante.

Encerro as minhas palavras com o entusiasmo e a vibração de pesquisador, de um cidadão que acredita que de alguma maneira se formate em favor dos pequenos agricultores. Não é pela raiz mais comprida, mais longa ou mais pesada, mas por aqueles que diuturnamente estão caminhando com a caneta no ombro, com o chapéu na cabeça para se proteger do sol, e, no jornal, na mochila, farinha de mandioca, um pedaço de carne seca, um pedaço de rapadura, cultivando mandioca e outras lavouras.

Falamos da raiz do Brasil, da mandioca que já tem 8 mil anos com pinturas rupestres representando, e a EMBRAPA têm publicações sobre isso.

Então, essa é a raiz genuinamente nossa. Vamos então, defender esses interesses e seguramente os outros interesses precisam ser devidamente analisados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



2217-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Zé Neto

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço ao Sr. Joselito Mota pela sua contribuição. Gostaria de registrar as presenças do vereador Paulo Lessa de Livramento, Bira Corôa, Carlos Geilson - que é o relator do projeto na CCJ, Tom Araújo, Joaci Dourado, Euclides Fernandes e o nosso querido Líder do governo, deputado Zé Neto, que está em uma reunião externa mas gostaria de se manifestar e peço à Mesa para quebrarmos o protocolo, a fim de que ele possa usar a palavra.

Com a palavra o Líder do governo, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, quero saudar a Mesa em nome do presidente, deputado Mário e deputada Maria del Carmen e do sempre deputado Jairo Carneiro. Quero falar da minha alegria, Mário Negromonte Júnior, tem mostrado, nesse pouco tempo de convívio, uma capacidade muito grande de interferir nesta Casa, de colaborar com esta Casa com um mandato que muito nos alegra. Aliás, nos 9 anos que estou aqui considero este ano, como o mais produtivo da Casa. É muita alegria ver esta Casa produzindo conhecimento, debates e acima de tudo, o que a sociedade espera como resposta.

A questão da fécula está sendo muito bem tratada. Inclusive sei da posição de Pithon, sei da posição de um grande amigo por quem tenho grande respeito e sei da posição da maioria da Casa acerca do assunto.

Quero aqui também saudar Joselito e dizer que uma das mais importantes conquistas da história deste país é a Embrapa, que é responsável sem dúvida alguma por uma grande, um imenso ganho para todo o nosso país. Quando no passado utilizávamos a tecnologia temperada para fazer aqui no tropical, criamos a nossa própria tecnologia para fazermos com que o Brasil tivesse uma tecnologia própria para produzir, como hoje podemos produzir. Quando eu era criança, em Feira de Santana, deputado Jairo, todos lembramos, não sabíamos o que era um morango, não sabíamos o que era uma pera, não sabíamos o que era



uva- tinha que ser da Itália, e a maçã tinha que ser da Argentina. Comprava-se maçã, que ficava enrolada num invólucro roxo, comia-se um pedaço e guardava o outro para a tarde. Só tinha maçã quando estava doente ou alguma coisa nova na casa, era uma fruta caríssima, quando alguém dava uma maçã, era uma prova de amor.

Hoje a maçã, a uva, o trigo enfim, a soja, estão aí graças à Embrapa, que pesquisa, que evolui e que é a grande mantenedora desse movimento importante do Brasil na produção tecnológica. Isso é o que nos dá alento para sabermos que temos na questão da fécula, mas tenho um caso em Feira muito emblemático. A FAMPS tem uma indústria de fécula que está lá parada porque não temos produção que dê condição suficiente de movê-la, por preço, por gestão, por questões relacionadas à produtividade, a custo, a tecnologia mesmo, que é um outro fato que tem que ser tratado.

O evento da fécula – acabei de comer o pão da fécula ali e gostei – é um debate que tem que ser feito, evidentemente, com a segurança de termos, além deste debate, deputado Mário, o debate sobre o custo; o debate relacionado a todo esse processo de execução do que queremos.

Na vida pública o querer e o fazer têm distância, e no público maior do que no privado, porque é esse o caminho que é mais árduo, porque no público é preciso discutir mais; no público é preciso ser mais transparente, no público é necessário que no debate transcorra todas as etapas. V.Ex^a está por demais de parabéns por trazer este debate neste nível para a Casa.

Eu não poderia, como Líder do Governo, passar por aqui, e vou continuar assistindo V.Ex^{as} de lá da minha sala na reunião que vamos fazer agora, mas vou deixar a televisão ligada para acompanhar o transcorrer deste momento importante da vida desta Casa e da vida de quem no interior nos espera. A nossa grande tarefa de ir para o interior construir a produção é a tarefa de desenvolver novos mercados, novas economias e de desenvolver o ser humano que precisa de espaço e condição para sobreviver e produzir.

Então V.Ex^a está de parabéns e que a gente tenha aqui o resultado que a Casa espera. Tenho certeza que está sendo bem conduzido este debate.

Muito obrigado. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



2218-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Jairo Carneiro

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Quero agradecer as considerações do nobre deputado, o nosso Líder do Governo; agradecer, inclusive, as felicitações pelo projeto, de trazer este debate para a Casa.

E dizer, na presença do Líder, em resposta ao Sr. Joselito, que nós deputados desta Casa, esta Casa que se renovou 50%, tenha certeza que não vai pautar as nossas decisões, seja no âmbito das comissões ou aqui no plenário, sob *lobby* de nenhum setor, seja ele qual for, sobretudo aqueles mais fortes. Tenha certeza disso que vamos estudar e produzir o melhor projeto que venha aqui a plenário para ser votado. Leve ao conhecimento das pessoas que lhe trouxeram essas informações que essa não será a nossa máxima aqui nas nossas decisões.

Em tempo, eu gostaria de registrar a presença do deputado Adolfo Viana, presidente da Comissão de Meio Ambiente, e passar a palavra ao chefe de gabinete da Seagri, hoje representando o secretário nesta sessão especial, o ex-deputado federal, que muito nos orgulha, Sr. Jairo Carneiro.

O Sr. JAIRO CARNEIRO:- Bom-dia a todos os presentes.

Saúdo o presidente desta sessão especial, deputado Mário Negromonte Júnior; as deputadas; os Srs. Deputados presentes; demais autoridades; representantes do setor produtivo da indústria, do comércio, dos trabalhadores, e quero registrar a presença dos componentes da Secretaria da Agricultura que nos acompanham: o superintendente Dr. Raimundo Sampaio, que já fez uso da palavra, que, juntamente comigo, está cumprindo uma designação oficial do gabinete do Sr. Governador Jaques Wagner e representando também o nosso secretário Eduardo Sales que, por motivo de viagem, não pôde aqui comparecer.

Saudar o Dr. Carlos Armando, assessor especial da secretaria; o Dr. Adriano Sá, diretor da Adab; Dr. Almeida Júnior, diretor da Superintendência de Desenvolvimento



Agropecuário. Em nome do presidente da Mesa, envio a saudação a todos os componentes desta Mesa.

Nesta missão que cumprimos, temos de estar equidistantes do debate das paixões e temos de revelar o grau de interesse público que está envolvido na temática. Importa ao governo que o interesse social seja um bem a proteger.

E esse interesse social envolve contingentes populacionais em grande parte e os que estão ainda fora do processo da riqueza e, também, os grandes contingentes que estão em condições precárias, em utilização de métodos e processos rudimentares, produzindo os bens para consumo humano das sociedades.

É preciso buscar e compatibilizar os interesses daqueles que produzem os insumos e daqueles que produzem os bens finais. E essa a razão fundamental da grandiosidade desta sessão especial proposta não menos pelo autor do projeto, deputado Mário Negromonte Júnior.

Com isso, deputado, V.Ex^a demonstra a grandeza do seu espírito e do seu compromisso com a discussão múltipla, plural, na diversidade dos interesses que aqui estão presentes. Por essa razão, reafirmo que é preciso buscar um caminho de entendimento.

E sem assumir posições, devo dizer que é necessário discutir, buscar uma solução para apaziguar os interesses, mas para que quase 700 mil famílias que se dedicam à agricultura familiar nesse contingente da Bahia, que é o maior do país, possam também ser aquinhoados pelos frutos e benefício do progresso para participarem e melhorarem a sua condição de subsistência, de sobrevivência, com oportunidades que sejam melhores e maiores para a sua prole, para a sua família.

Este é um objetivo nuclear da filosofia que domina a ação governamental sob a liderança do governador Jaques Wagner, em que cumpre à Seagri, que representamos diretamente, um papel também institucional, decisivo, no instante em que a mandiocultura está inserida como uma das cadeias produtivas prioritárias no plano governamental, Vida Melhor, que vem para acudir mais de três milhões de baianos que estão abaixo da linha da miséria ou da pobreza, num programa que, no âmbito nacional, o Brasil Sem Miséria, é capitaneado pela nossa presidenta Dilma Rousseff.



Haverá também de retirar dessa situação de conflagração e de privações 16 milhões de brasileiros irmãos.

Então há um apelo que faço para que deixemos à margem o *parti pris*, a posição apriorística de negação da discussão e da busca de uma solução que seja de equilíbrio. Não tenho dúvidas de que será importante para a economia do Estado a redução do fluxo dos bens que vêm de outros Estados ou do exterior para fortalecer o nosso parque fabril, para dar maiores condições de desempenho e competitividade ao nosso setor de comércio. E é para esta área em que estamos em debate. Mas, fundamentalmente, para melhorar as condições de sobrevivência das nossas populações.

Aqui trago, sem a pretensão de acirrar polêmica, cópia do Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul onde está aqui publicada a lei estadual daquela unidade da Federação, disciplinando o assunto, do que se pretende que seja adotado na Bahia. Foi a secretária do Mato Grosso do Sul quem nos remeteu hoje a cópia do Diário Oficial que publica a lei.

Passarei às mãos do presidente da sessão para que esteja disponível ao conhecimento da Casa e de todos os que participam dessa sessão especial.

Creio ser importante que busquemos um ponto de entendimento verificando até onde estamos dentro dos limites prudenciais, legais e constitucionais. E, para mim, modestamente, simplesmente como bacharel em direito, apesar da minha convivência com a elaboração de leis por quase 21 anos, como membro com muita honra da Câmara dos Deputados, não me parece que haja inconstitucionalidade no conjunto da obra, mas alguns pontos merecem uma certa reflexão.

Creio que o subsídio do Mato Grosso do Sul poderá ser valioso para o aprimoramento, permita-me a expressão, da construção legislativa baiana. Mas por tudo isso que já mencionei, por todo o contexto e compromisso do governo baiano com a causa social, a livre iniciativa haverá de ser preservada nos seus limites, mas o interesse social terá também de ser preservado.

E, nesse sentido, é preciso haver uma compreensão da livre iniciativa, iniciativa privada, para que conviva e tenhamos um espaço que possa ser devidamente preenchido por aqueles que têm o direito à cidadania efetiva, por aqueles que estão com muitas dificuldades,



sobrevivendo. E o lucro será apenas um intuito do empresário se a eficiência social e se a garantia da harmonia social não for um fator determinante da sobrevivência da própria sociedade, da convivência em equilíbrio de todos. Este é o apelo que, conclusivamente, faço.

Não vou me deter sobre todas as análises que foram aqui procedidas com muita consistência onde o argumento da paixão, em alguns casos, foi mais forte do que a paixão do argumento. E, por isso, professor Joselito, quero saudá-lo, porque V.Ex^a usou de paixão mas dentro de argumentos sólidos, que eu admirei, para um cientista que vive e vibra com a tese que estuda há muito tempo e que defende com profundo conhecimento.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**2219-I****Ses. Esp. 09/11/11****Or. Armando Soares**

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Quero agradecer imensamente a contribuição, secretário, sobretudo pela informação que nos traz referente à publicação no Diário Oficial comprovando, assim, que existe projeto já aprovado em outro Estado. Gostaria muito que a Bahia fosse a pioneira, mas já existe precedência. Tenho certeza que o povo e os representantes do estado em que foi aprovado, Mato Grosso do Sul, conhecem bem o real significado de livre iniciativa e de questões sociais. Falávamos muito sobre isso, não é Joselito?

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Mas vamos dar seguimento à nossa sessão. Passo a palavra ao representante, gerente estadual de agricultura familiar do Banco do Brasil, o Sr. Armando Soares.

O Sr. ARMANDO SOARES:- Bom dia a todos e a todas. Queria saudar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmem, e, apesar de não ter conhecimento profundo sobre V.Ex^a, admiro muito o seu trabalho; queria saudar a plenária na pessoa do deputado Joacy Dourado, companheiro da região de Irecê e demais membros que militam nessa causa tão importante da agricultura familiar. Queria agradecer, a princípio, o convite que nos foi feito para participar desse momento histórico. Considero que, na verdade, a discussão nos remete a uma série de outras discussões que vêm no bojo dessa polêmica. Com certeza do contraditório é que se chega a grandes conclusões. Precisamos estar abertos de coração às inovações e considero tudo isso aí como uma proposta de inovação. Após o debate, chega-se às conclusões, considerando que é um processo democrático em que cada pessoa interessada, cada entidade interessada terá o seu espaço para colocar as suas ideias.

Queria parabenizar o deputado Mário Negromonte e dizer que a preocupação, no meu entendimento, é com a estruturação de uma cadeia produtiva que é milenar e que por muito tempo foi relegada, não diria nem ao segundo plano, ao terceiro, quarto ou quinto



plano. Eu não consigo imaginar essa cadeia sem pensar na origem e nas pessoas que estão lá na ponta, até porque eu rodo o Estado, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, são pessoas que, por tradição, produzem a mandioca desde os tempos mais remotos.

O Banco do Brasil não tem posição contrária nem a favor. Na verdade, o nosso entendimento é de continuidade na abertura de novas possibilidades, da inserção de novas famílias, já que essa é uma das cadeias produtivas de maior abrangência, dentre as sete cadeias eleitas pelo programa Vida Melhor. E elas também foram eleitas pelos parceiros, e o Banco do Brasil é um dos parceiros que também elegeram a fim de se alinhar à política governamental. Portanto as sete cadeias definidas pelo governo são as sete cadeias definidas pelo Banco do Brasil e vão ser apoiadas com mais ênfase para que juntos consigamos chegar ao que se quer em termos de inclusão e de combate à pobreza.

Eu só tenho uma colocação a fazer: acho que o produtor da mandioca, sem querer entrar no mérito da discussão, ele também deseja consumir pão e, se pensarmos na melhoria de renda dele, vamos estar abrindo a possibilidade para que ele também possa consumir o pão e movimentar muito mais esse mercado. Lá na ponta, eu vivo e convivo com essas pessoas, inclusive passo dias em tribos e quilombos e vejo que o pessoal não consome pão, eles consomem beiju e mingau de fécula. Talvez seja por falta de renda, por falta de oportunidade.

Queria deixar esse ponto para reflexão e parabenizar mais uma vez pela iniciativa de abrir esse espaço de debate e reforçar o nosso compromisso com a agricultura familiar. Se o homem do campo não planta, o da cidade não janta - essa é uma grande verdade -. Estamos aí, os nossos projetos vão continuar através da Fundação Banco do Brasil e das nossas parcerias, o nosso compromisso com o Vida Melhor e com o Brasil Sem Miséria transcende a cadeia da mandioca, e a Fundação se comprometeu a implantar 60 mil cisternas dentro do Vida Melhor, estamos trabalhando nisso aí. Estamos trabalhando fortemente a cadeia da caprinocultura e da ovinocultura no sertão do São Francisco e vamos expandir para todo o Estado, com ações estruturantes e estruturadas, num pensar coletivo, inclusive com a participação forte da pesquisa e da Embrapa, da EBDA e de uma rede de parceiros. Vamos



trabalhar fortemente a inclusão digital no campo. Para se ter uma ideia, no próximo ano vamos colocar 3 mil computadores em telecentros rurais, priorizando as comunidades tradicionais, que já falei, quilombolas, indígenas.

Então, acho que o desenvolvimento tem que acontecer no conjunto e esse conjunto envolve todas as discussões, as inovações e nessas discussões, com certeza, vão vir as polêmicas. E das polêmicas vão surgir os consensos e desses consensos vamos torcer para que seja o melhor para todos. É isso que a gente deseja, é isso que a gente quer colaborar para que aconteça da forma mais acentuada. E que a Bahia consiga realmente dar esse salto que todos nós almejamos.

Bom-dia para todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2220-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Maria del Carmem

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradecemos a participação do Banco do Brasil, sobretudo pelo investimento que tem feito na agricultura familiar de uma forma geral e no incremento dela. Agradecer, inclusive a participação, foi muito importante.

Gostaria de passar a palavra a querida deputada e amiga Maria del Carmem.

A Sr^a MARIA DEL CARMEM:- Quero iniciar minhas palavras saudando o deputado Mário Negromonte Júnior que preside esta sessão, que é o autor do requerimento para a realização desta sessão especial para debater a questão da mandioca e da adição da fécula de mandioca ao pão.

Parabenizando-o por esta iniciativa, não só isso, mas pelo que ele durante esses dez meses de convivência, nesta Casa, tem demonstrado. Um jovem deputado, mas que tem pautado sua presença, nesta Casa, com uma enorme responsabilidade, com um compromisso com a população da Bahia que lhe deu um mandato com tão expressiva votação e com uma presença do ponto de vista de ação e de projetos extremamente fecundos.

Então, quero parabenizá-lo, eu que o conheço desde muito jovem, já bem mais jovem ainda, quando ingressava na política. V.Ex^a ainda estava pelas mãos praticamente do seu pai e de sua mãe, parabenizá-lo pela sua atuação aqui nesta Casa.

Quero cumprimentar e parabenizar, também, pelo seu pronunciamento o ex-deputado Jairo Carneiro, chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura e Irrigação; o Sr. Superintendente da Secretaria da Agricultura, Raimundo Sampaio; o coordenador executivo da CAR; Dr. Sturaro, esta figura que todos nós admiramos na Bahia pela sua história na medicina do nosso Estado; parabenizar o Dr. Joselito Mota que aqui demonstrou a sua paixão por aquilo que realiza, que faz a cada dia, a cada momento, em seu nome parabenizar esta Empresa que é orgulho para todos nós brasileiros, pelo trabalho que a Embrapa vem fazendo nos colocando numa posição de destaque nesta área da pesquisa.



Quero saudar e agradecer as palavras do Dr. Armando Soares, gerente estadual da agricultura familiar e direito sustentável do Banco do Brasil. E dizer que o Banco é um grande parceiro do agricultor e do trabalhador brasileiro. Saudar o presidente do Sindicato dos Panificadores, Mário Pithon. E, por último, agradecer, cumprimentar aqui um amigo querido, antigo que é Edésio Duran, presidente da Associação de Padarias, porque pela minha origem, pela minha história de vida nos conhecemos de muitos anos e de muito tempo. Você está rindo, não é deputado, na minha família não tem padeiros, na minha família pessoal não tem padeiros, apesar da minha origem ser galega, não posso esconder. Escolhi este País para viver, trabalhar, estar aqui na tribuna desta Assembleia, mas não tem padeiros, apesar de me orgulhar muito de todos aqueles que imigraram de terras tão distantes e aqui conseguiram, como vários outros companheiros que estão aqui, hoje, produzindo, trabalhando e ajudando a produzir riqueza neste país, porque aqui se integraram, aqui se colocaram. Para nós que viemos não somos mais brasileiros ou galegos ou espanhóis, mas somos espanhóis e galegos brasileiros e brasileiros e galegos espanhóis.

Diria que essa discussão e esse debate de hoje, deputado, saudando aqui também o nosso companheiro, deputado Joaci Dourado, ex-prefeito da cidade de Irecê, cidade importante de nosso Estado, foi extremamente importante, porque ele inicia um processo de discussão para que a gente nesta Casa, que é a Casa do contraditório, que é a Casa das leis, que é a Casa onde a divergência de posição, de opiniões que se apresentam e são trazidas do seio da sociedade para aqui seus representantes poderem fazer esse embate e esse debate de ideias, de propostas, de projetos.

Aqui se inicia, exatamente, essa discussão para que a gente possa chegar a um consenso. Creio que para qualquer um de nós que está aqui, hoje, não existe opositores ao que é trazido pelo Dr. Joselito, ao que o deputado Mário Negromonte Júnior traz sobre a importância dessa cadeia produtiva, sobre a importância que ela tem para os nossos trabalhadores, para os nossos homens do campo, esses homens que basta circular pelas nossas estradas da Bahia inteira para ver que em canto tem uma roça pequenininha de mandioca lá, que é a mandioca para fazer com que essa família possa viver com o mínimo de dignidade. E, portanto, trazer oportunidade para que essas famílias, para que esse



trabalhador, para que esse produtor possa se incorporar e melhorar sua condição de vida, vencer esse que tem que ser o desafio não do poder público apenas, não da presidente da República, não do governador do Estado, mas de todos nós que vivemos e que estamos neste País e que temos o compromisso de erradicar, de uma vez por todas, com a pobreza extrema e inserir essas pessoas na produção, é uma das formas de conquistar e de conseguir essa autonomia, essa libertação, de fato, dessa população.

Portanto, eu acho que trazê-los para isso não é nenhuma divergência de nenhum daqueles que estão aqui, porque aqui é preciso, e creio que é a oportunidade, talvez, do sentar a mesa para o debate e para sair com um caminho, é de buscar qual o consenso que se pode conquistar desse processo para que mais famílias tenham acesso ao pão, como foi dito aqui, e mais produtores sejam aqui inseridos, e aqueles que já estão envolvidos no processo da produção também não se sintam prejudicados ou abandonados nesse processo.

Tenho certeza, deputado Mário Negromonte Júnior, que nós, os deputados desta legislatura, não cederemos a nenhuma forma de pressão, seja essa pressão que venha dos poderosos, seja a pressão que venha de outras áreas. Todos nós temos convicção daquilo que aqui representamos, do que aqui estamos fazendo, de qual é o nosso papel e de qual é a nossa responsabilidade com o povo da Bahia que nos elegeu, com aqueles que confiaram e acreditaram que aqui nós poderíamos utilizar a nossa voz, a nossa luta, a nossa história, a nossa vida para defendermos os interesses maiores do Estado e do seu povo. Mas que também aqui nós todos, juntos, elevaremos a nossas vozes para encontrar o consenso que chegue a um denominador que possa trazer os benefícios que sejam extensivos a todos aqueles que compõem a nossa vida, o nosso cotidiano e a vida e o cotidiano deste Estado.

Portanto, creio que com a máxima que foi dita aqui pelo nosso representante do Banco do Brasil, Armando Soares, quando diz que se o homem lá, do campo, não produz o homem da cidade não janta. Eu acho que esse é o *slogan* maior, que o homem do campo não planta, o homem da cidade não janta. Isso deve nos levar a fazer esse consenso e construir para que aqui na Bahia tenhamos um projeto que possa beneficiar essa população e que possa fazer com que esse pãozinho, que é tão ambicionado por todos, mesmo quando a gente fica com medo da balança, de que ele possa nos dar mais alguns gramas, possamos ter a certeza



de que ele vai estar na nossa mesa, na mesa de todos os brasileiros e de todos os baianos, para que possamos, de fato, garantir a nossa cidadania.

Parabéns, deputado, e vamos, com certeza, encontrar esse consenso.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

**2221-I****Ses. Esp. 09/11/11****Or. Joacy Dourado**

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço à nobre colega, deputada Maria del Carmem, e digo que tenho um apreço muito grande, sobretudo pelos galegos, até porque tenho na minha família e na família da minha namorada parentes, pessoas muito próximas, da Galícia, inclusive a minha própria namorada e a minha sogra, pessoas às quais tenho grande estima. Tenho muita estima pelo seu trabalho, deputada, já acompanhava o seu trabalho na Câmara de Vereadores, através da TV-Câmara, e não esperava que o seu pronunciamento fosse diferente.

Dando seguimento, já que estamos no avançado da hora, mas temos algumas pessoas inscritas e outras pessoas que precisam se retirar, a exemplo do representante do governo do Estado e do governador Jaques Wagner, nosso querido amigo e secretário interino, Jairo Carneiro, agradecendo também a sua participação que, tenho certeza, vai contribuir, e muito.

Mas, permanecem aqui Raimundo Sampaio, superintendente, Carlos Armando, assessor do Secretário e Dr. Armando Sá, diretor e querido amigo, que aqui representa o governo do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joacy Dourado pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. JOACY DOURADO:- Eu peço a palavra apenas para, além de saudar os dois brilhantes deputados, a galega e amiga Del Carmem e o nosso querido amigo Mário Negromonte Júnior, saudar também toda a Mesa e o representante da Secretaria, Dr. Sturaro.

Quero apenas, como agricultor, como agrônomo - meu amigo Joselito que está na velha Cruz das Almas – falar sobre a fécula da mandioca. Realmente, alguém já disse que se a mandioca tivesse origem no primeiro mundo, o mundo comeria pão de mandioca. Essa é a velha máxima do agricultor. Eu acho que não é tanto.



Vejo aqui uma discussão saudável, absolutamente saudável e que, Mário, você coloca a mandioca em discussão na Bahia. Nós já fomos o maior produtor de mandioca do país, hoje somos o terceiro, e essa cadeia produtiva, a valorização da mandioca foi pequena.

Nosso deputado Zé Neto falava de uma empresa aberta em Feira de Santana que está fechada. Por quê? Exatamente por causa dessa decadência. Acho que a adição da fécula de mandioca no pão virá corrigir isso.

Eu quero chamar a atenção do que foi feito - e o meu pronunciamento tem essa finalidade - o que foi feito com o biodiesel. O biodiesel não tem o tanto que pode ser colocado, mas começou com 1%, 2%. Não adianta a gente estabelecer um teto grande, nem para a mandioca nem para nada, se nós não temos o produto para colocar, nós não vamos ter. Eu não vejo muita contradição entre os padeiros, o pessoal, em adição de fécula de mandioca, não vejo que ninguém vai perder nada com isso.

Eu só chamo a atenção que nós deveríamos, Mário Negromonte, fazer uma lei gradativa, nós não poderíamos, jamais, ter tantos por cento inicial. Seria uma lei que começasse com poucos por cento e quando a produção fosse crescendo, os padeiros iam também se acostumando, e a própria população ia se acostumando com o sabor e com tudo isso.

Então, eu acho que não há contradição na adição, para mim não há, é apenas um método de fazer que seja progressivo, aumentar devagarzinho e nós chegarmos a um teto que seja o conveniente para todos.

Um grande abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2222-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Jairo Sousa

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Presidente (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, querido deputado e colega da Comissão de Agricultura.

Nós temos duas pessoas inscritas. Vamos passar a palavra ao Sr. Antônio Carlos Henrique, que é da Associação Brasileira de Panificação. (Pausa) Já foi também.

Gostaria, antes de encerrar, de abrir o debate. O cantor e compositor Del Feliz, será que está? O Bule-Bule também queria fazer uma composição, mas com a saída de alguns dos nossos presentes aqui, com o andar da sessão, gostaria de deixar aberto para quem queira se manifestar e ainda não se manifestou, para que possa trazer também alguma contribuição para a nossa sessão.

Pois não, pode fazer uso do nosso microfone, da nossa tribuna, peço que seja o mais breve possível e que possa se identificar, dizer o nome, quem representa e de onde é, por favor.

O Sr. JAIRO SOUSA:- Bom-dia, meu nome é Jairo, eu sou presidente da *Coopamido*, cooperativa dos pequenos produtores rurais de amido e mandioca do Estado da Bahia. Quero, inicialmente, parabenizar o deputado Mário Negromonte Júnior, agradecer pela oportunidade de participar deste debate e dizer que nós, da *Coopamido*, acreditamos, sim, no projeto. Queremos apontar algumas dificuldades para que o pequeno produtor rural, o agricultor familiar, de fato, possa corresponder, tenha condições de atender essa demanda de mercado que poderá se abrir. Mas nós estamos convencidos de que o projeto é viável, sim.

A *Coopamido* atua em 15 municípios do Recôncavo baiano, conta hoje com 111 cooperados e a nossa pretensão, já em março, é aumentar esse quadro para 400 cooperados. A dificuldade que nós vemos enquanto produtores rurais, pequeno produtor rural, para a viabilização do projeto e de poder atender a demanda do mercado, são por exemplo algumas questões como a questão da logística de transporte. Essa é uma dificuldade que nós



encontramos para escoamento da produção. A infraestrutura das estradas é bastante precária e seria necessário um trabalho nesse sentido. Estamos precisando de apoio para que de fato possamos viabilizar isso.

Outra dificuldade muito vivenciada pelo pequeno produtor é a questão da área de produção muito reduzida. Acho que o momento é oportuno também para se colocar isso. São algumas dificuldades que gostaria de colocar, para que possamos refletir sobre elas também.

Muito obrigado pelo espaço.

(Não foi revisto pelo orador.)



2223-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Mário Python

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- O deputado Mário Negromonte teve que se afastar durante um período, eu passaria de novo a palavra a Mário Python, por 3 minutos, pois temos que encerrar a sessão em virtude de que temos sessão ordinária desta Casa agora à tarde.

O Sr. MÁRIO PITHON:- Gostaria de chamar a atenção, deputada, eu tive o cuidado de ler esse projeto de lei, aliás, essa lei que foi colocada aqui; o representante da Embrapa fez uma exposição muito proveitosa. Gostaria de saber se o que está nessa lei atende ao projeto do deputado.

As indústrias panificadoras e confeitarias instaladas no Estado de Mato Grosso deverão adicionar obrigatoriamente 10% de farinha de mandioca. O projeto é esse? É farinha de mandioca ou é fécula de mandioca? Qual é o projeto daqui, é fécula ou farinha de mandioca? Eu queria uma resposta dos senhores.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- A sua palavra está garantida, depois nós haveremos de responder.

O Sr. MÁRIO PITHON:- Eu queria saber, porque foi colocada aqui a aprovação dessa lei farinha de mandioca, e no projeto do deputado está fécula de mandioca.

Estou trazendo somente um exemplo do risco que se corre com leis aprovadas em outras casas legislativas. Vejam, pela própria palestra do representante da Embrapa, ele fez, inclusive, uma correção – não sei a quem –, esclarecendo que a farinha de mandioca, na realidade, seria fécula. E aqui foi aprovado farinha de mandioca.

Agradeço por ter tido mais 3 minutos. Mas o contraditório deve ser feito por último.

Quero também lembrar que não temos nada contra qualquer fomento que seja dado à mandioca. Não temos condições técnicas... Acreditamos piamente que tudo que foi dito



aqui é verdade. Somos contra – e seremos contra sempre – à obrigatoriedade. Isso é uma coisa que não casa bem com o regime democrático.

A Constituição reserva para o Estado quatro funções nobres para regular a livre iniciativa, que são: manter a livre concorrência e combater o monopólio, o oligopólio e o abuso do poder. Isso está claro na Constituição. E nós consumidores ficamos livres para escolher aquilo que queremos.

O ponto central que quero deixar claro é que não seremos contra nenhum fomento à produção de mandioca. Mas seremos eternamente contra à obrigatoriedade. Isso não é bom. Amanhã, se esse projeto passar, nada impede que os plantadores de inhame venham pedir também que sejam adicionados 5% de fécula de inhame – se é que existe. Daqui a pouco, chega outro para colocar outra coisa. E essa não é a solução.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



2224-I

Ses. Esp. 09/11/11

Or. Joselito Mota

Sessão Especial com a finalidade de discutir a adição da fécula da mandioca ao pão francês proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço mais uma vez pela contribuição.

Atendendo ao pedido, de forma muito democrática, concedo as considerações finais do nobre colega Joselito, que muito contribuiu com suas pesquisas. Parece-me que ainda há alguma coisa para ser dito. Posteriormente, faremos as nossas considerações finais.

O Sr. JOSELITO MOTA:- O primeiro projeto brasileiro sobre a fécula no trigo é de autoria da deputada federal Elcione Barbalho, do Pará. Esse projeto é o que o sucedeu, do Aldo Rebelo, que desarquivou, dizia que seria farinha de mandioca, farinha de raspas de mandioca ou fécula de mandioca.

Na verdade, é possível que você faça farinha de raspas de mandioca junto com a farinha de trigo, porque a de raspas é crua. Na hora em que você faz a farinha de mandioca, você gelatiniza, gomifica o amido de mandioca a 60 graus. É por isso que se chama goma. Quando se faz uma tapioca a 60 graus, gomifica-se e faz beiju.

Não é possível combinar farinha de mandioca com farinha de trigo. A farinha de raspas é possível. E os trabalhos iniciais desenvolvidos pela Embrapa Agroindústria de Alimentos foram lá na década de 1980, porque o Brasil sofria justamente essa dificuldade com a importação de trigo. E foi um pesquisador egípcio lotado lá, o Eldache, que tratou desse assunto e fez com farinha de raspas de mandioca, mas não existia a fécula.

A cadeia produtiva da mandioca sofreu uma mudança, um crescimento e foi possível. Mas ele já sinalizava, nas suas publicações, que se um dia o Brasil viesse a produzir fécula de mandioca, os resultados seriam bem superiores à farinha de raspas de mandioca.

Vejo que há um equívoco aí quando se diz farinha de mandioca. Não é possível, pois depois que gelatinizou formou um produto que não tem compatibilidade. Alguma coisa está errada nessa forma.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 09/11/11

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromente Júnior):- Agradeço, Sr. Joselito, por sua participação nesta sessão.

Gostaria de ficar aqui mais tempo e ouvir algumas perguntas e respostas. Porém, temos em nosso Regimento um horário determinado. E eu não poderia continuar ferindo este Regimento.

Quero dizer-lhes, falando de forma mais tranquila, depois do nosso debate, que a nossa intenção foi justamente essa. Eu poderia muito bem deixar esse projeto transcorrer de forma silenciosa nas Comissões de Agricultura, de Constituição e Justiça e em outras comissões que coubessem, porém, preferi, para mostrar a nossa forma democrática e republicana de conduzir as coisas, trazer em sessão especial este debate e ouvir todas as pessoas, hoje, que têm penetração, que têm capilaridade e que seriam afetadas, positiva e negativamente, com a aprovação do mesmo.

Então este projeto está se iniciando agora muito embora já tenha sido distribuído na CCJ. Já houve, inclusive, um parecer encaminhado, mas não me manifestarei dizendo se foi favorável ou não. É só vocês puxarem que verão. Na verdade, quem deve proferir o parecer, no âmbito da comissão, é o relator. Já houve o encaminhamento sobre isso na CCJ e será passado para as comissões temáticas depois da Comissão de Justiça.

Tomei conhecimento, hoje, agora, do projeto que foi aprovado. Refiro-me ao projeto do Mato Grosso, sobre o qual não tive nenhum conhecimento anterior. Por sinal, respondendo a algumas perguntas aqui, eu não tive conhecimento de nenhum outro projeto sobre fécula, sobre farinha, de nenhum estado, muito menos deste, portanto eu não fiz nenhuma cópia.

Nossa equipe que está aqui hoje, esses jovens que estão aqui, nós fizemos com base em uma enquête da Secretaria de Agricultura feita no ano de 2010 pelo *site*. Não sei se podemos ter acesso, Dr. Raimundo, ao *site* até hoje e se ainda existe essa enquête. Houve um chamamento do secretário Eduardo Sales para que todos os deputados daquela época, 2010,



que estavam em eleição, fizessem um projeto que viesse a atender e, quem sabe, incrementar a cultura da mandioca. Portanto tomei conhecimento de que existiam outros projetos aqui, de outros deputados, através da imprensa. Aí, sim, busquei no nosso setor de projetos.

Quero fazer referência agora que existia um projeto tramitando nesta Casa, mas, em nenhum momento, busquei esse projeto, inclusive não o desarquivei. Continua arquivado o projeto, hoje, do deputado federal José Nunes, a quem eu quero fazer uma referência especial, até porque, faço dobradinha com ele com a nossa prefeita Nenca que está ali, mas nem essa proximidade me fez ter conhecimento desse projeto.

Quero dizer, mais uma vez, que nós queremos que esse projeto transcorra da melhor forma possível. Vocês estão aqui hoje e serão convidados, não acredito que seja na CCJ, mas na comissão temática e de Agricultura, certamente haverão de ser. Faço parte da comissão da CCJ e também da Agricultura. E vou chamá-los. Tenham a certeza de que faremos um requerimento para que possamos fazer uma audiência pública na Comissão de Agricultura para debatermos mais sobre o assunto.

Esse projeto passará, também, pela Comissão de Finanças e Orçamentos e pela Comissão de Estrutura e Desenvolvimento Econômico e Turismo. Quer dizer, o projeto passará por quatro comissões. Mas, na Comissão de Agricultura, tenham certeza de que farei o encaminhamento ainda hoje, para que possamos fazer uma audiência pública também na comissão, a fim de debatermos melhor.

E tenho certeza de que as panificadoras, padarias, produtores rurais que estão aqui, todas as pessoas que representam esse setor, o governo do Estado e todos os deputados, que nós vamos promover, esgotar, ao máximo, possível os debates. Pelo que vimos aqui, tenho certeza de que vamos aprofundar, e muito. Parece-me que até poderemos alterar o projeto em alguns pontos, em alguns artigos, ampliar esse projeto, introduzir um ou outro artigo.

Quero dizer que nós, eu, como autor, não tenho problema nenhum quanto a isso. O que quero deixar bem claro aqui é que o meu objetivo é trazer a esta Casa este debate. E, aí, ouvi-los de uma forma muito tranquila, democrática, para buscarmos uma solução.

Porque há uma discussão nacional. O Joselito já mostrou, e existia até panfleto para isso. Já foi retomada essa discussão, porque não nós, que temos o maior número de



agricultores familiares do Brasil, há aqueles que acreditam ainda que somos o segundo produtor da mandioca. Por que não debatemos isso também no nosso Estado?

Então, achei por bem trazer isto, movido também pela Secretaria de Agricultura, que nos fez esse chamamento. Eu, ainda, não era nem deputado; mas comprei essa briga, até porque há pessoas em minha família que vivem da mandiocultura hoje, não diretamente, mas parentes muito distantes que vivem hoje da subsistência, em situações precárias. Ficamos muito sensibilizados com isso.

Quero dizer-lhes que me sinto muito feliz por ter promovido este debate. Afirmando que o projeto será tocado da melhor forma possível. Volto a dizer que não iremos atender a nenhuma pressão de quem quer que seja. Acho que este é o trabalho nosso, dos deputados, de ouvir a todos. Mas quanto a tomar as nossas decisões, devemos fazer conforme as nossas convicções, os nossos princípios, os nossos valores. E é assim que temos nos pautado desde que chegamos aqui. Esta é uma Casa renovada, que tem buscado atender aos anseios da sociedade.

Quero agradecer, mais uma vez, ao presidente da Assembleia, a participação de todos vocês, de todos os deputados que por aqui passaram. Peço que Deus nos guie nas nossas decisões, sobretudo, neste projeto que, ora, estamos debatendo.

Senhores, quebrando, mais uma vez, o protocolo, foi encaminhado um convite para a primeira quinzena, por parte de Edézio, presidente da associação, para ser debatido aqui um conceito da criação do pão dos padeiros, um convite técnico que foi produzido, que foi feito à mão. Esta será mais uma oportunidade de falarmos da fécula da mandioca e da farinha.

Quero dizer, Edézio, que estaremos lá.

Por favor, ele quer fazer o convite.

Com a palavra o Sr. Edésio.

O Sr. Edézio:- É só para confirmar e para dar o primeiro passo com a nossa tese. Estamos lançando a padaria-conceito na primeira quinzena de dezembro, em nossa sede. Convidamos o técnico que preparou esse pão que nos foi apresentado para prepararmos a fórmula com farinha de trigo pura e fécula de mandioca, separadamente.



Está feito o convite oficial. Abrimos as portas, não apenas da nossa associação, como as portas da Associação Brasileira, de cuja diretoria faço parte e da qual fui presidente por três mandatos.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, Edézio.

Agora, eu chamo a todos os que estiveram aqui para experimentarmos o pão. Todos da Casa, venham ao Salão Nestor Duarte. Os pães são de 10% a 25% e foram trazidos com muito carinho pelo pessoal de Cruz das Almas.

Declaro encerrada a sessão.